



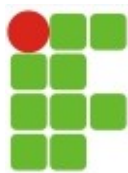
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO SUPERIOR (PPC)

Licenciatura em Matemática

SOMBRIO

BLUMENAU/SC



Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL
REITOR

Josete Mara Stahelin Pereira
PRO-REITOR DE ENSINO

Carlos Antônio Krause
Diretor Geral

Miguelangelo Ziegler Arboitte
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional – DDE

Elizete Maria Possamai Ribeiro
Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Ana Maria de Moraes
Elizete Maria Possamai Ribeiro
Jorge Luis de Souza Mota
Juliana Menegotto
Lucas Spillere Barchinski
Margarete Farias Medeiros
Marleide Coan Cardoso
Roseli Burigo

Sumário

1. Apresentação.....	6
2. Área de Origem – Identificação.....	7
3. Missão Institucional.....	9
4. Visão Institucional.....	10
5. Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense.....	11
6. Breve Histórico Institucional – IFC-Câmpus Sombrio.....	12
7. Justificativa da Criação do Curso.....	14
8. Missão do Curso.....	16
9. Visão do Curso.....	17
10. Perfil do Curso.....	18
10.1 Formas de Ingresso e acesso ao curso.....	18
10.2 Acesso e apoio a pessoas com deficiência ou modalidade reduzida.....	19
10.3 Integralização.....	21
11. Objetivos do Curso.....	22
11.1 Objetivos Geral.....	22
11.2 Objetivos Específicos.....	22
12. Concepções de Curso.....	23
12.1 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso.....	23
12.1.1 Princípios Curriculares.....	24
12.1.2 Valores.....	25
12.2 Diretrizes Curriculares.....	25
12.3 Legislação.....	27
12.4 Campo de Atuação.....	28
13. Perfil do Egresso.....	30
14. Organização Curricular do Curso.....	31
14.1 Matrizes curriculares de disciplinas obrigatórias.....	31
14.2 Relação Teoria e Prática.....	33
14.3 Interdisciplinaridade.....	35
14.4 Questões Étnico-raciais.....	35
15. Resumo Geral da Matriz Curricular.....	36
15.1. Núcleo Comum.....	36
15.2. Núcleo dos Conteúdos Específicos.....	37
15.3 Ementário, Referência Básica e Complementar.....	38
16. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso.....	77
17. Sistemas de Avaliação Institucional.....	78
17.1 Avaliação externa.....	78
17.2 Avaliação interna.....	78
18. Sistemas de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno.....	79
18.1 Da aprovação do aluno.....	81
19. Corpo Docente.....	82
19.1 Identificação do regime de trabalho do corpo docente.....	82
19.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	84
20. Corpo Técnico Administrativo.....	87
21. Atividades Acadêmicas.....	88

21.1 Atividades Acadêmicas Complementares.....	88
21.2 Das Formas de Realização e Avaliação.....	89
21.3 Da Tramitação e Registro.....	89
21.4 Das Disposições Finais e Transitórias.....	90
21.5 Descrição das Atividades Curriculares Complementares Previstas.....	90
21.6 Atividades de Monitoria.....	92
22. Estágio Curricular.....	95
22.1 Operacionalização do Estágio Curricular.....	95
22.2 Orientação de Estágio Curricular.....	96
22.3 Sistema de Avaliação do Estágio Curricular.....	97
23. Estágio Não Obrigatório (Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008).....	99
24. Pesquisa e Extensão.....	100
24.1 Linhas de Pesquisa.....	101
24.2 Ações de Extensão.....	101
25. Artigo de Conclusão de Curso.....	103
26. Certificação e Diploma.....	105
27. Infraestrutura.....	106
27.1 Estrutura Física e Recursos Pedagógicos da Unidade Urbana.....	106
28. Considerações Finais.....	108
29. Referencias Bibliográficas.....	109
30. Anexos.....	112

Lista de Quadros

Quadro 01	Identificação do Instituto.....	08
Quadro 02	Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática.....	32
Quadro 03	Componentes Curriculares do Estágio Curricular Supervisionado.....	32
Quadro 04	Componentes Curriculares do Núcleo Básico (NBAS).....	35
Quadro 05	Componentes Curriculares do Núcleo Pedagógico (NPED).....	36
Quadro 06	Componentes Curriculares do Núcleo Específico (MAT).....	37
Quadro 07	Corpo Docente.....	77
Quadro 08	Regime de trabalho.....	79
Quadro 09	Titulação do Núcleo Docente Estruturante.....	81
Quadro 10	Titulação dos Técnicos Administrativos.....	82
Quadro 11	Ensino.....	85
Quadro 12	Pesquisa.....	86
Quadro 13	Extensão.....	87
Quadro 14	Recursos Didáticos Pedagógicos existentes no Campus Sombrio.....	98
Quadro 15	Estrutura Física da Unidade Urbana de Sombrio.....	98
Quadro 16	Relação de títulos e exemplares existentes em Sombrio.....	99

1. Apresentação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todos os estados, os Institutos Federais contém a reorganização da rede federal de educação profissional e oferecem formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e articulação com o PDI e o PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico (PPC) do *Curso de Licenciatura em Matemática*, com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa. Valendo ressaltar que o mesmo deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado periodicamente.

2. Área de Origem – Identificação

CNPJ	10.635.424.0002-67
Instituição	Instituto Federal Catarinense
Nome de Fantasia	Instituto Federal Catarinense - Câmpus Sombrio
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Francisco Caetano Lummertz, 818, Bairro Januário, CEP: 88960-000, Sombrio – SC.
Telefone/Fax	48 – 3533 - 4001
E-mail de contato	sombrio@ifc-sombrio.edu.br
Site da Unidade	www.ifc-sombrio.edu.br
Área do Plano	Ciências Exatas e da Terra
Grau	Licenciatura
Modalidade	Presencial
Título	Licenciado em Matemática
Coordenador	Elizete Maria Possamai Ribeiro Doutora em Engenharia Regime de Trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva E-mail: elizete@ifc-sombrio.edu.br (48) CPF: 966.501.509-59
Pesquisador Institucional	Moacir Dutra de Oliveira Rua Francisco Caetano Lummertz, 818, Bairro Januário, CEP: 88960-000, Sombrio – SC. CPF: 969.051.070-34
Carga Horária Total	2835 horas
Prática Pedagógica	405 horas
Estágio Curricular Obrigatório	420 horas
Núcleo comum	1050 horas

Núcleo específico	750 horas
Núcleo complementar	210 horas
Legislação e Atos Oficiais Relativos ao Curso	LDB 9394/96; Lei 11.645/08; Resolução CNE/CEP 01/04; Lei 9795/99; Decreto 4281/02; Decreto 5296/04; Parecer CNE/CES nº 1302/06; Parecer CNE/CP nº 5/2006; Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005; Resolução nº 1 CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002; Parecer CNE/CP nº 4/2005; Parecer CNE/CES nº 15/2005; Parecer CNE/CES nº 197/2004; Resolução nº 2 CNE/CES , de 18 de junho de 2007. Resolução CNE/CES 3, de 18 de fevereiro de 2003; resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura; Parecer CNE/CES nº 1302, de 06 de Junho de 2011; Decreto 5296/2004.

Quadro 01 – Identificação do Instituto

3. Missão Institucional

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural.

4. Visão Institucional

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

5. Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b), possui atualmente 11 câmpus distribuídos nas cidades de Araquari, Blumenau, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, 02 Unidades Urbanas nas cidades de Rio do Sul e Sombrio, 01 Polo na cidade de Abelardo Luz, 02 câmpus em implantação em Brusque e São Bento do Sul, além da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

De acordo com a lei que criou o instituto, ele é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribuirá para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense, como uma Instituição em condições de contribuir para o desenvolvimento estadual e, seus campus podem constituir-se em elos de desenvolvimento regional, garantindo a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense - IFC busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

6. Breve Histórico Institucional – IFC-Câmpus Sombrio

O *Câmpus* Sombrio tem sua unidade central localizada no município de Santa Rosa do Sul e sua unidade descentralizada (unidade urbana), no município de Sombrio. Ambos os municípios se localizam no extremo sul catarinense, na microrregião geográfica de Araranguá.

A microrregião contava, em 2008, com uma população total de 199.901 habitantes, respondendo por 3,3% da população catarinense. A maior parte da população concentra-se no meio urbano (63,3%), numa taxa de urbanização inferior à média catarinense, que é de 78,7%. Apesar do setor de serviços ter a maior participação na formação do PIB (Produto Interno Bruto) regional, respondendo por 58,7%, há uma forte expressão da atividade agropecuária, pois em nove dos 15 municípios da microrregião, este setor predomina sobre as atividades industriais (IBGE, 2008), destaca-se o cultivo de arroz, fumo e banana.

A produção regional está ancorada em uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de trabalho familiar, pois 65,1% dos estabelecimentos rurais da microrregião têm dimensões de até 20 hectares.

Segundo dados fornecidos pela Amesc – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, atualmente a microrregião conta com uma população de 190.312 habitantes, tendo um IDH de 0,727. O PIB gira em torno de R\$ 2,5 bilhões onde o setor do comércio e serviços responde por um total de 74% deste montante, seguido por indústria e o setor da agropecuária que contam com 13% de participação cada uma. Destaca-se que cerca de 13% da produção de arroz do estado de Santa Catarina tem origem no Extremo Sul Catarinense,

Apesar do perfil agropecuário, a atividade industrial é crescente, sobretudo nos dois municípios mais populosos da microrregião (Araranguá e Sombrio). Nestes, o setor calçadista consolidado nos anos de 1970, ainda apresenta expressão. Contudo, o perfil industrial vem se ampliando, com um forte crescimento da indústria da confecção, ancorada nas economias de escala comandadas pelo pólo confeccionista de Criciúma.

Foi em consonância com o perfil produtivo da região que, na década de 1990, reuniram-se esforços para a instalação de uma escola profissionalizante da rede federal de ensino no extremo sul catarinense. Inaugurada em 1993, a então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio era a única instituição federal de ensino técnico a atuar no sul de Santa Catarina. Sua instalação, em uma região carente de instituições públicas de ensino profissional, consolidou o atendimento a uma ampla área de abrangência que demandava grandes esforços na formação de profissionais na área da agropecuária. Neste sentido, a Instituição passou a ofertar o Curso Técnico na área de agropecuária, atendendo principalmente a microrregião de Araranguá, além das microrregiões de Criciúma, Tubarão e São Joaquim e também as microrregiões gaúchas do Litoral Norte e dos Campos de Cima da Serra.

A necessidade de profissionais para a área de informática com perfil técnico levou à criação do curso Técnico em Informática 2002, que atende a demanda da formação regular e do PROEJA. Este curso, realizado na unidade descentralizada de Sombrio, forma técnicos para os mais diversos segmentos do setor de serviços, do comércio e da própria indústria.

A ausência de opções de formação em nível superior na região forçava um grande número de jovens a interromper sua escolaridade pois não vislumbravam perspectivas para continuar seus estudos ou, no caso daqueles que tinham condição financeira, a buscar sua formação em nível superior em outras regiões. Assim, com a recente expansão da rede federal de educação profissional e a transformação de suas unidades em Institutos Federais de Educação, aptos para a oferta de ensino superior, a região está vivenciando a perspectiva concreta e imediata de ter essa demanda de ensino superior atendida, de forma gratuita.

Atualmente a Instituição oferece regularmente os Cursos de Nível Médio Técnico em Informática e Técnico em Agropecuária. Oferece, também, os cursos superiores de Engenharia Agrônômica, de Tecnologia em Redes de Computadores, Licenciatura em Matemática e de Tecnologia em Gestão de Turismo.

7. Justificativa da Criação do Curso

Este projeto de curso se insere dentro de uma proposta de formação de professores, construída no âmbito da Lei Federal 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

A distância existente entre o Extremo Sul Catarinense e as regiões onde estão localizadas as Universidades Públicas, dificulta o deslocamento da população que, em sua maioria, fica cerceada de exercer o seu direito de ingressar em um curso superior gratuito, por residir em municípios distantes destas Universidades, o que é agravado pelas dificuldades econômicas das famílias desta região, uma das menos desenvolvidas do Estado.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, estabeleceu como meta garantir a 70% dos professores do Ensino Infantil e Fundamental a formação específica de nível superior, de Licenciatura Plena, e a todos os professores do Ensino Médio também a formação em curso superior, conforme sua área de atuação, uma vez que a maioria dos sistemas e redes públicas de ensino não tem quadro de professores adequadamente formados para atuar no ensino médio.

O relatório recente do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estimou essa demanda em 272.327 professores (MEC, 2007) fez com que os Institutos Federais assumissem o compromisso, quando na plenitude de seu funcionamento, de garantir 20% de suas matrículas em Cursos de Licenciaturas, haja vista a grande defasagem de profissionais habilitados em determinadas áreas.

Os Cursos de Licenciatura dos Institutos Federais têm como objetivo central a formação de professores para atuarem na Educação Básica, exercendo a docência do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou no Médio Integrado.

A Licenciatura Plena em Matemática é uma das áreas mais carentes de profissionais, dada a grande demanda de aulas dessa disciplina na Educação Básica.

Os números divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) referentes ao Censo da Educação Básica de 2007, demonstram que nas escolas de Santa Catarina 4,81% não tem diploma de ensino superior na área em que lecionam. No ensino médio, a porcentagem é maior – 5,76%.

Outro fator preocupante quando se analisa as carências profissionais na educação brasileira é que há uma forte concentração na oferta de cursos superiores, pois dos 5.561 municípios brasileiros, apenas 1080 têm cursos superiores e vinte municípios concentram 45% das matrículas no país, ou seja, têm mais de um milhão e seiscentos mil alunos. Assim tornou-se meta primordial do MEC a formação de professores, com o aumento na oferta de Licenciaturas ofertadas de forma gratuita e de forma descentralizada, atendendo às demandas distantes dos centros tradicionais de oferta do ensino superior.

As deficiências do ensino que é praticado em escolas de educação básica, e até mesmo em universidades, manifestam-se na evasão escolar, no alto índice de repetência, na crescente difusão dos chamados cursos informais preparatórios e, principalmente, no fraco desempenho dos alunos quando colocados diante de situações em que são solicitados a explicitar seu aprendizado. Tais situações são indicadores a serem considerados, desde as avaliações internacionais, como o projeto PISA, como as de cunho nacional, como o Enem e o Enade em nível superior, cujos resultados expõem de forma bastante objetiva, para não dizer dramática, o despreparo dos estudantes diante das demandas que se apresentam na sociedade.

O baixo desempenho que os estudantes apresentam nesses processos avaliativos é um problema geral, que perpassa todas as áreas do conhecimento, não sendo exclusivo de áreas específicas. No entanto, essas dificuldades de aprendizagem se revelam de forma ainda mais contundente quando se trata do ensino da Matemática, tanto no Nível Fundamental quanto no Médio.

Esta situação motiva os gestores e professores do Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio a apresentar a sua contribuição a fim de reverter este quadro de modo efetivo na sua região de abrangência, propondo a implantação de um curso de Licenciatura em Matemática.

8. Missão do Curso

Preparar professores de Matemática capazes de realizar uma leitura crítica da realidade, utilizando o conhecimento matemático e as atuais metodologias de ensino na busca da promoção de seus alunos, a partir de uma sólida base científica, tecnológica, humanística e ética.

9. Visão do Curso

Ser referência na formação dos docentes para a Educação Básica na área de matemática.

10. Perfil do Curso

- Carga horária total do curso: 2835
- Carga horária das atividades complementares: 210
- Carga horária do estágio: 420
- Duração do curso (semestre/ano): 8 semestres/4 anos
- Número de vagas (semestre/ano): 50 por ano
- Forma de Ingresso e acesso: Processo Seletivo e ENEM, além das previstas na Organização Didática dos Cursos Superiores do IFC.
- Funcionamento do Curso: Matrícula semestral por disciplinas com Entrada Anual
- Tempo de Integralização: Mínimo de 8 semestres.
- Turno de funcionamento do curso: Noturno.
- Campus: Sombrio

10.1 Formas de Ingresso e acesso ao curso

Para frequentar o curso de Licenciatura em Matemática, o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e lograr aprovação em todas as partes do Processo previsto em Edital próprio. O ingresso se fará mediante processo seletivo e através do ENEM. Uma parte do total de vagas (50%), a ser ofertada pelo IF Catarinense – Câmpus Sombrio, será preenchida pelos candidatos que participaram do sistema de seleção unificada ENEM – fase única edição, organizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC) e a outra parte será preenchida pelos candidatos participantes do vestibular. O aluno poderá ingressar no curso de Licenciatura em Matemática mediante Transferência Interna – Externa, sendo que nesta modalidade de ingresso o aluno deverá respeitar Edital a ser elaborado pelo Departamento de Ensino.

10.2 Acesso e apoio a pessoas com deficiência ou modalidade reduzida

Quando da fundação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio Lei nº 8.670, de 30/06/93, não havia por parte do poder público e sociedade geral uma preocupação em relação à inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular, essa responsabilidade era atribuída às escolas especiais. Todavia com as políticas de educação inclusiva, um novo olhar tem sido lançado no Instituto Federal Catarinense no sentido de desenvolver ações que promovam o acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Decreto nº 5296/2004).

Com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o Decreto nº 5.296/2004, estabelecem-se normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Desta forma, projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

Em consonância com tais aspectos, a Portaria Ministerial N° 3.284, de 7 de novembro de 2003 dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, instruindo também sobre os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições. Em virtude disso, iniciou-se uma sensibilização em relação à inclusão.

Na unidade urbana de Sombrio contamos com um estacionamento exclusivo para portadores de necessidades específicas, uma rampa de acesso ao prédio, elevador e banheiros adaptados.

A partir da Portaria do MEC/SETEC nº 151 de 11 de julho de 2005, que disciplina a forma de operacionalização da ação TEC NEP – Educação Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, que tem por objetivo a inclusão, permanência e saída com sucesso destes alunos em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi constituído através da Portaria N° 200/05 de

28 de setembro de 2005, o NAPNE (Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas) da então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, hoje Instituto Federal Catarinense.

O NAPNE do IF Catarinense – Campus Sombrio possui como uma de suas principais competências articular ações conjuntas com a comunidade escolar, no intuito de buscar promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. Dentre algumas das atividades ligadas ao acesso e apoio às pessoas com deficiência, pode-se elencar:

- Sensibilização da comunidade escolar em relação ao processo de inclusão.
- Aquisição de software leitor de tela a ser utilizado pelos alunos com diagnóstico de baixa visão.
- Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de interprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático metodológicas que considere o conteúdo semântico da escrita do surdo. Neste sentido também são oferecidos cursos, palestras e oficinas acerca da LIBRAS e aspectos da cultura Surda para a comunidade escolar.

Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações é possível destacar:

- A Unidade Urbana da instituição, bem como a biblioteca onde estão as salas de trabalho, laboratórios e salas de aula atendem as exigências da ABNT 9050, quanto aos espaços livres de circulação e corredores, área de transferência e área de alcance.
- A biblioteca possui opção de acesso através de elevador, facilitando a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida e banheiro adaptado com barra de apoio.
- A instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência.
- O prédio da Unidade Urbana possui sanitários acessíveis no segundo e terceiro, bem como um elevador que possui internamente uma sinalização tátil realizada através de Braille, facilitando a circulação de

pessoas com necessidades especiais.

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão é também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.

10.3 Integralização

A integralização curricular do curso será de no mínimo 4 (quatro) anos, contados a partir do ano da matrícula de ingresso neste instituto.

11. Objetivos do Curso

11.1 Objetivos Geral

Preparar professores reflexivos com domínio do conhecimento matemático, científico e pedagógico para atuarem na educação básica, com ênfase na formação para o as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, com um currículo amplo e flexível, nas mais diversas modalidades desenvolvendo atitudes que integrem os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, capazes de produzir metodologias pedagógicas e de acompanhar os avanços científicos e tecnológicos, visando incorporar novas tecnologias à prática profissional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Preparar para a constituição de competências profissionais referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática, à compreensão do papel social da escola, ao domínio do conhecimento pedagógico, ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

11.2 Objetivos Específicos

Propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores para a educação básica, oportunizando ao mesmo:

- Garantir uma sólida formação de conteúdos matemáticos com domínio nas principais áreas da Matemática, formação pedagógica de qualidade necessária ao exercício do magistério e uma formação que possibilite a vivência crítica da realidade do ensino em sua região, dando-lhe condições de experimentar propostas interdisciplinares com seus alunos.
- Preparar um profissional capaz de atuar como sujeito histórico na leitura e na produção de significados aos conceitos matemáticos, na resolução de problemas de seu cotidiano e na inserção da Matemática em outras áreas do conhecimento a ela relacionada possibilitando uma leitura contextualizada de

sua realidade social.

- Fornecer uma nova linguagem para o entendimento do mundo físico, permitindo o emprego do conhecimento matemático nas mais diversas áreas profissionais.
- Construir espaços de formação inicial e continuada de professores com linhas de pesquisa na formação docente e interação com as escolas de educação básica locais.
- Compreender que os conteúdos de Matemática são inteirados às teorias existentes e relacioná-los com o cotidiano.
- Evidenciar a educação científica em todas as atividades relacionado-a com o avanço tecnológico e suas relações sociais.
- Propor atividades, do contexto curricular de Matemática, que proporcionem a vivência do método científico, desenvolvendo habilidades de investigação e senso crítico do aluno.
- Vivenciar atividades com metodologia diversificada que expressem a melhoria da qualidade de ensino.
- Estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento.
- Desenvolver habilidades científicas básicas através da confecção de equipamentos para laboratório com materiais alternativos e a elaboração de conceitos científicos básicos.
- Analisar, selecionar e produzir material didático-pedagógico.

12. Concepções de Curso

12.1 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

As *Diretrizes Curriculares Nacionais* para a formação de professores apontam para a necessidade do reconhecimento e fortalecimento da identidade dos cursos de formação de professores/licenciaturas, indicando a docência como base comum na formação de professores em qualquer área e a unidade entre teoria e prática como princípios indissociáveis da formação.

Diante destas orientações, o Curso de Licenciatura em Matemática do IFC – Campus Sombrio adota como princípio filosófico a Filosofia da Práxis (Vásquez, 1977), segundo a qual o exercício da docência é concebido como prática social (produto e produtor) e plural, imbuída de processos teórico-práticos que levem o estudante a compreensão das relações e implicações entre educação, escola e sociedade. Com vistas à superação da dicotomia entre formação e campo de atuação profissional, enfatizando/valorizando a ideia de processo, de questionamento, de provisoriedade do conhecimento, de compreensão e explicação de problemas vividos no cotidiano escolar e outros espaços socioeducativos.

Para que este processo de formação se efetive, faz-se necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e social compromissada com os processos educativos global e local. Para tanto se tem como necessário a compreensão dos princípios:

- **Sócio-histórico do conhecimento**, compreensão do conhecimento como produto da construção histórica;
- **Concepção de sociedade, justiça social** e da diversidade cultural;
- **Compreensão da pesquisa como processo educativo**, enquanto fio condutor e elemento articulador dos demais componentes curriculares e da relação teoria e prática;
- **Compreensão da práxis**, enquanto unidade teoria prática.

12.1.1 Princípios Curriculares

- Articulação e integração das dimensões epistemológica, ética e profissionalizante;
- Articulação e integração dialética das dimensões histórica, pedagógica, sociológica e filosófica;
- Compreensão da matemática como ciência viva;
- Construção e reconstrução do conhecimento matemático;
- Flexibilização curricular e mobilidade

- Articulação e integração da trajetória educativa do aluno como princípio dinamizador da construção pessoal, coletiva e interdisciplinar do conhecimento do profissional de Educação: “tornar o vivido pensado e o pensado vivido” (ANFOPE, 1998);
- Articulação e integração do Projeto Político Pedagógico da Instituição Formadora/Escola com um projeto de sociedade como balizador da identidade profissional;
- Articulação do ensino, pesquisa e extensão.

12.1.2 Valores

- Compromisso com a missão e visão do Curso e do IFC;
- Conduta ética, cooperativa e responsável;
- Respeito e compromisso com a profissão professor/educador;
- Busca pela autonomia e autoria profissional;
- Compromisso com o processo educativo inclusivo;
- Reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e as diferentes culturas;
- A Ciência Pedagógica como base da superação do senso comum;
- O processo pedagógico como ação-reflexão-ação.

12.2. Diretrizes Curriculares

As diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação para as instituições de ensino de Matemática estão contidas na Resolução nº 3 de 18 de fevereiro de 2003, que integra o Parecer CNE/CES nº 1.302/2001 de 6 de novembro de 2001 e, especificamente para os cursos de Matemática tem o Parecer nº 1302/2001 com as diretrizes para os cursos de Licenciatura em Matemática e Bacharelado.

Estas diretrizes orientam a elaboração do Projeto Pedagógico do curso, estabelecendo a formulação do perfil dos formandos, competências e habilidades,

conteúdos curriculares, formato dos estágios, atividades complementares, avaliação e estrutura do curso e determina, ainda, a observância das Resoluções 01 e 02 do CNE/CP de 19 de fevereiro de 2002, no que diz respeito à carga horária dos cursos de licenciatura.

O formando em Licenciatura em Matemática, além de sólida formação de conteúdos na área, deve estar preparado para enfrentar os desafios advindos das rápidas mudanças na sociedade e mundo do trabalho, ter consciência do seu papel social de educador e ter visão da importância da aprendizagem da Matemática, que deve ser acessível a todos.

Os currículos devem ser elaborados de forma a desenvolver competências e habilidades como a capacidade de expressão, aprendizagem continuada, capacidade de trabalho em equipe, conhecimento de questões contemporâneas, relação entre a Matemática e demais áreas do conhecimento, entre outras.

Os currículos também devem assegurar o desenvolvimento de conteúdos dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional de um professor de matemática incluindo, além dos conteúdos matemáticos aqueles da Educação Básica, considerando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior.

Durante o processo de formação o estudante deverá desenvolver as seguintes habilidades e competências, segundo a Resolução CNE/CES nº 1302/2001.

- a) capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- b) capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares
- c) capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas.
- d) capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento.
- e) habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico científico na análise da situação-problema
- f) estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento

- g) conhecimento de questões contemporâneas
- h) educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social
- i) participar de programas de formação continuada
- j) realizar estudos de pós-graduação
- k) trabalhar na interface da Matemática com outros campos de saber

E no que tange especificamente ao licenciado professor de Matemática ainda deve, segundo o referido Parecer:

- a) elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica;
- b) analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;
- c) analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica;
- d) desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;
- e) perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;
- f) contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica.

12.3. Legislação

Os cursos dedicados à Formação de Professores para a Educação Básica, no caso as licenciaturas, em nível superior, estão regulamentadas pela Constituição Federal de 1998 e pela LDB, Lei 9394/1996 e pelas Resoluções CNE/CP n° 001/2002, CNE/CP n°002/2002, CNE/CES n° 003/2003 e pelo Parecer CNE/CES 1302/2001.

A Resolução CNE/CP n° 001/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior

sendo vinculada ao Parecer CNE/CP nº 009/2001. Nesse Parecer, encontra-se uma extensa fundamentação das mudanças de concepção sobre a formação de professores, mas sendo de natureza conceitual não trata de questões de carga horária nem de duração das licenciaturas. Essas matérias foram regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 002/2002. O Parecer CNE/CP nº 28/2001, vinculado a esta última Resolução, defende a necessidade de prever para o componente curricular Estágio Supervisionado uma carga horária mínima de 400 horas. Num contexto mais atual temos o Parecer CNE/CP nº 5/2006 e o Parecer CNE/CP nº 9/2007 que prevêem a reorganização da carga horária mínima de 2800 para os cursos de formação de professores destacando a necessidade de no mínimo 400 horas de estágio curricular e 2500 horas dedicadas as demais atividades formativas;

O curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio apresenta uma organização curricular prevendo uma carga de 405 h de prática pedagógica; 420 horas de estágio curricular supervisionado; 1050 horas de núcleo comum; 750 horas de núcleo específico; 210 horas de núcleo complementar perfazendo um total de 2835 horas, desta forma contempla as legislações em vigor para os cursos de Licenciaturas para a formação de professores para a Educação Básica, séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio buscando durante o processo de formação inicial adequação aos Referenciais Curriculares Nacionais para os cursos de Matemática.

Atendendo, também, ao Decreto nº 5626/05, que determina que Libras deve ser inserida nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, foi introduzida Libras como disciplina curricular obrigatória na matriz curricular do curso.

12.4 Campo de Atuação

Em conformidade com os Referenciais Curriculares Nacionais o professor licenciado pelo Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio, terá como possíveis campos de atuação profissional trabalhar como professor em instituições de ensino

que oferecem cursos de nível fundamental e médio; editoras ou órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância.

Ao mesmo tempo, o licenciado poderá atuar em espaços de educação não-formal, como feiras de divulgação científica e museus; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

13. Perfil do Egresso

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os Referenciais Curriculares Nacionais, o professor licenciado pelo Câmpus Sombrio do Instituto Federal Catarinense deverá estar apto a planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos à Educação Matemática, tendo como sua atribuição central a docência na Educação Básica, fundamentada em sólido conhecimento sobre os fundamentos da Matemática, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento matemático em saber escolar tendo como referências as pesquisas e tendências da Educação Matemática.

Além disso, o licenciado deverá ser capaz de trabalhar diretamente na sala de aula, elaborar e analisar materiais didáticos como: livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem. Realizando ainda pesquisas em Educação Matemática, coordenando e supervisionando equipes de trabalho, tendo uma atuação voltada para desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

14. Organização Curricular do Curso

14.1 Matrizes curriculares de disciplinas obrigatórias

Semestre	Código	Componentes Curriculares	Pré-Requisitos	Créditos	Carga Horária		
					Total do Semestre	Teórica	Prática
1º	NBAS 01	Matemática Fundamental I	-	6	90	90	-
	NBAS 02	Metodologia Científica	-	2	30	30	-
	NPED 01	História da Educação	-	4	60	60	-
	NPED 02	Leitura e Produção de Texto	-	4	60	30	30
	MAT 01	Geometria Plana	-	4	60	60	-
		TOTAL DO SEMESTRE		20	300	270	30
2º	NBAS 03	Matemática Fundamental II	-	4	60	60	-
	MAT 02	Lógica Básica	-	2	30	30	-
	NBAS 04	Informática Básica	-	4	60	60	-
	MAT 03	Geometria Espacial	MAT 01	4	60	60	-
	NPED 03	Teorias Educacionais e Curriculares	-	4	60	60	-
NPED 04	Educação e Mundo do Trabalho	-	2	30	15	15	
		TOTAL DO SEMESTRE		20	300	285	15
3º	MAT 04	Cálculo I	NBAS 01 NBAS 03	4	60	60	-
	NPED 05	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação e da Atuação Docente	-	4	60	30	30
	NBAS 05	Física I	-	4	60	60	-
	MAT 05	Geometria Analítica	-	4	60	60	-
	NPED 06	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	-	4	60	30	30
		TOTAL DO SEMESTRE		20	300	240	60

4°	NBAS 06	Física II	NBAS 05	4	60	60	-
	MAT 06	Álgebra Linear I	MAT 05	4	60	60	-
	NPED 07	Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica I	-	4	60	30	30
	NBAS 07	Concepções em Educação Matemática	-	2	30	30	-
	NPED 08	Avaliação	-	3	45	45	-
	MAT 07	Cálculo II	MAT 04	4	60	60	-
TOTAL DO SEMESTRE				21	315	285	30
5°	MAT 08	Cálculo III	MAT 07	4	60	60	-
	MAT 09	Álgebra Linear II	MAT 06	4	60	60	-
	NPED 09	Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica II	-	4	60	30	30
	NPED 10	Laboratório de prática de ensino-aprendizagem I	-	4	60	-	60
	ESTG 01	Estágio Supervisionado I	MAT 04 MAT 06	4	60	60	-
TOTAL DO SEMESTRE				20	300	210	90
6°	NPED 11	Pesquisa em Educação	-	4	60	30	30
	MAT 10	Cálculo IV	MAT 08	4	60	60	-
	MAT 11	Equações Diferenciais Ordinárias	MAT 07	4	60	60	-
	NPED 12	Educação Inclusiva	-	4	60	30	30
	ESTG 02	Estágio Supervisionado II	ESTG 01	10	150	150	-
TOTAL DO SEMESTRE				26	390	330	60
7°	NPED 13	Sociologia da Educação	-	2	30	30	-
	NPED 14	Educação Matemática e Tecnologias	-	4	60	30	30
	MAT 12	Cálculo Numérico	MAT 07 MAT 09	4	60	60	-
	NPED 16	Políticas Educacionais – estruturas e sistemas	-	4	60	60	-
	NPED 15	Filosofia da Educação	-	4	60	60	-

	ESTG 03	Estágio Supervisionado III	MAT 04 MAT 06	4	60	60	-	
TOTAL DO SEMESTRE				22	330	300	30	
8º	NPED 17	Laboratório de prática de ensino -aprendizagem II	-	4	60	-	60	
	NBAS 08	Estatística e probabilidade	NBAS 03	4	60	60	-	
	MAT 13	Análise	MAT 10	4	60	60	-	
	NPED 18	Libras	-	4	60	30	30	
	ESTG 04	Estágio Supervisionado IV	ESTG 03	10	150	150		
TOTAL DO SEMESTRE				26	390	300	90	
					Carga Horária			
					Créditos	Total do Semestre	Teórica	Prática
Total Parcial					175	2625	2220	405
Atividades Curriculares Complementares					14	210		
Total Geral Matriz					189	2835		

Quadro 02 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática

Código	Componentes Curriculares	CH Semestre	Créditos	Prática como Compo-nente Curricular
ESTG 01	Estágio Supervisionado I	60	4	-
ESTG 02	Estágio Supervisionado II	150	10	-
ESTG 03	Estágio Supervisionado III	60	4	-
ESTG 04	Estágio Supervisionado IV	150	10	-
Total CH		420	28	-

Quadro 03 - Componentes Curriculares do Estágio Curricular Supervisionado

14.2 Relação Teoria e Prática

Segundo Ponte (2003) para se tornar um professor de Matemática, o licenciando necessita de conhecimento matemático e conhecimento sobre o ensino

de Matemática. Mas, só isso, não basta. Ele precisa também assumir papéis, normas e valores fundamentais da profissão para qualificar-se a realização das atividades profissionais inerentes de um professor e de identificar-se pessoalmente com a profissão. Este aspecto, neste curso, procura ser reforçado pelo rol de disciplinas que integram as 405 horas de práticas como componente curricular.

É necessário, ao futuro professor, que ele compreenda o contexto escolar como um processo contínuo e dinâmico, influenciado por múltiplas variáveis educacionais, sociais, históricos e culturais, nos quais se aprende e se trabalha desenvolvendo a identidade do professor em formação como agente ativo do processo educacional, ou seja com a reflexão e a investigação da prática.

A reflexão sobre a prática pode ser realizada envolvendo planejamento e discussões sobre questões curriculares e eventos em sala de aula, despertando a atenção do licenciando para seu desenvolvimento contínuo enquanto professor de Matemática.

A investigação da prática diz respeito a envolver os licenciandos na resolução de problemas de conteúdo pedagógico, do tipo dos que são enfrentados por professores ao planejar e desenvolver atividades diárias; na análise de vídeos da própria prática do ensino; na análise e implementação de experiências de Educação Matemática. O diálogo com referenciais teóricos visa auxiliar o licenciando na perspectivas de análise dos diversos contextos (históricos, sociais, culturais, organizacionais, pedagógicos, dentre outros) nos quais se dá a atividade docente e, também, a compreender a si mesmo enquanto profissional em formação, de modo que possa neles intervir e transformá-los quando for preciso (PIMENTA; LIMA, 2004).

Nesta ênfase, a teoria não mais comanda a prática, não mais a orienta no sentido de torná-la dependente das ideias, como também não se dissolve na prática, anulando-se a si mesma. A prática, por seu lado, não significa mais a aplicação da teoria, ou uma atividade dada e imutável mas pressupõe que a teoria e a prática educativa devem ser trabalhadas simultaneamente, constituindo uma unidade indissolúvel, e que isto deve acontecer em todos os componentes que tem como proposta a aproximação do licenciando ao contexto real de sua futura profissão

(CANDAU; LELIS, 1995)

14.3 Interdisciplinaridade

Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar a metodologia e abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores. A articulação entre o corpo docente do curso é que vai permitir maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para garantir isso o planejamento semestral será indispensável, a partir da internalização do projeto pedagógico pelo corpo docente. Conforme lei 9795-1999 em seu artigo 10 inciso 1º “ A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, desta forma a mesma será incluída no curso de Licenciatura em Matemática Campus – Sombrio como tema transversal em atividades interdisciplinares.

14.4 Questões Étnico-raciais

.....A Instituição incluirá nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares do curso de Matemática, a Educação das Relações Étnico-raciais bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos termos explicitados na Resolução CNE/CP nº01/2004 em seu artigo 3º: A Educação das Relações Étnico-raciais e o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 3/2004". Para tanto, construirá estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos e deveres, bem como se posicionará formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

15. Resumo Geral da Matriz Curricular

15.1. Núcleo Comum

Código	Componentes Curriculares	CH Semestre	Créditos	Carga Horária Teórica	Prática como Componente Curricular
NBAS 01	Matemática Fundamental I	90	6	90	-
NBAS 02	Metodologia Científica	30	2	30	-
NBAS 03	Matemática Fundamental II	60	4	60	-
NBAS 04	Informática Básica	60	4	60	-
NBAS 05	Física I	60	4	60	-
NBAS 06	Física II	60	4	60	-
NBAS 07	Concepções em Educação Matemática	30	2	30	-
NBAS 08	Estatística e probabilidade	60	4	60	-
Total CH		450	30	450	-

Quadro 04 - Componentes Curriculares do Núcleo Básico (NBAS)

Código	Componentes Curriculares	CH Semestre	Créditos	Carga Horária Teórica	Prática como Componente Curricular
NPED 01	História da Educação	60	4	60	-
NPED 02	Leitura e Produção de Texto	60	4	30	30
NPED 03	Teorias Educacionais e Curriculares	60	4	60	-
NPED 04	Educação e Mundo do Trabalho	30	2	15	15
NPED 05	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação	60	4	30	30

	e da Atuação Docente				
NPED 06	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	60	4	30	30
NPED 07	Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica I	60	4	30	30
NPED 08	Avaliação	45	3	45	-
NPED 09	Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica II	60	4	30	30
NPED 10	Laboratório de prática de ensino-aprendizagem I	60	4	-	60
NPED 11	Pesquisa em Educação	60	4	30	30
NPED 12	Educação Inclusiva	60	4	30	30
NPED 13	Sociologia da Educação	30	2	30	-
NPED 14	Educação Matemática e Tecnologias	60	4	30	30
NPED 15	Filosofia da Educação	60	4	60	-
NPED 16	Políticas Educacionais – estruturas e sistemas	60	4	60	-
NPED 17	Laboratório de prática de ensino -aprendizagem II	60	4	-	60
NPED 18	Libras	60	4	30	30
Total CH		1005	67	600	405

Quadro 05 - Componentes Curriculares do Núcleo Pedagógico (NPED)

15.2. Núcleo dos Conteúdos Específicos

Código	Componentes Curriculares	CH Semestre	Créditos	Carga Horária Teórica
MAT 01	Geometria Plana	60	4	60
MAT 02	Lógica Básica	30	2	30
MAT 03	Geometria Espacial	60	4	60

MAT 04	Cálculo I	60	4	60
MAT 05	Geometria Analítica	60	4	60
MAT 06	Álgebra Linear I	60	4	60
MAT 07	Cálculo II	60	4	60
MAT 08	Cálculo III	60	4	60
MAT 09	Álgebra Linear II	60	4	60
MAT 10	Cálculo IV	60	4	60
MAT 11	Equações Diferenciais Ordinárias	60	4	60
MAT 12	Cálculo Numérico	60	4	60
MAT 13	Análise	60	4	60
Total CH		750	50	750

Quadro 06 - Componentes Curriculares do Núcleo Específico (MAT)

15.3 Ementário, Referência Básica e Complementar

O desenvolvimento das aulas, disciplinas e avaliação deverá contar com metodologias diversificadas (projetos, modelagem, modelação, resolução de problemas, jogos, oficinas, seminários, história da matemática e materiais didáticos pedagógicos); além da utilização do laboratório de matemática e de softwares.

1º Semestre

Matemática Fundamental I - 90h

Ementa: Revisão de conceitos matemáticos do Ensino Fundamental e Médio. Conjuntos numéricos. Relações. Funções elementares. Trigonometria. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia Básica

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JUNIOR, R. **Matemática completa**. São Paulo: FTD, 2002.

IEZZI, G. **Funções**. São Paulo: Atual, 1999. v. 1.

IEZZI, G. **Trigonometria**. São Paulo: Atual, 2000. v.3.

Bibliografia Complementar

ANTAR NETO, A. et al. **Noções de Matemática** - progressões e logaritmos. São

Paulo: Moderna, 2002. v. 2

DOLCE, O., POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar**: geometria plana. São Paulo: Atual, 1997. v. 9

DRUCK, S. **Explorando o ensino da matemática**: artigos. Brasília: SENEb, 2004.

IEZZI, G., MURAKAMI, C. **Fundamentos da Matemática Elementar**: Conjuntos e Funções. Atual Editora: São Paulo, 1996.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; MACHADO, N. J. **Fundamentos de matemática elementar**. 3.ed. São Paulo: Atual, 1985. v.9

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. **Fundamentos da Matemática Elementar**: logaritmos. São Paulo: Atual, 1996.

LIMA, E. L. **Logaritmos**. Rio de Janeiro: SBM, 1999. (Coleção do Professor de Matemática)

LIMA, E. L. **Temas e Problemas Elementares**. Rio de Janeiro: SBM, 2005. (Coleção do Professor de Matemática)

MACHADO, A. S. **Trigonometria e progressões**, São Paulo: Atual, 1999. v. 2.

Metodologia científica - 30h

Ementa: O método científico. Natureza e construção do conhecimento científico em suas diferentes formas e processos. Normas da ABNT. Normalização de trabalhos científicos. Uso de recursos digitais e audiovisuais. Elaboração de Projetos de Pesquisa.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M. (Org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2006.

FURASTE, Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. Porto Alegre: Isasul, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M. **Como apresentar trabalhos para cursos de pós-graduação**.

4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10719**: Informação e documentação relatório técnico e/ou científico apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação - projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15437**: informação e documentação - pôsteres técnicos e científicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber – Manual de**

metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

História da Educação - 60h

Ementa: A educação nas diversas épocas. O contexto histórico-social, político e econômico da educação brasileira. História da educação de Santa Catarina. A história da escola no contexto histórico brasileiro.

Bibliografia Básica

HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira: leituras**. 2ª. Reimp. São Paulo: Thomson-Learning, 2006.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 34ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

SOUZA, C.P. (org.). **História da Educação: processos, práticas e saberes**. S. Paulo: Escrituras, 1998.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, MEC, Secretária de Educação Básica. **Educadores e educandos: tempos históricos**. Brasília: UNB, Centro de Educação à Distância, nº2, 2006.

LOPES, Eliane T. e outros, (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MANACORDA, M.A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 6ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 1997.

OLIVEIRA, A. de Almeida. **Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

VIEIRA, Sofia L. Neo-liberalismo, privatização e educação no Brasil. In: OLIVEIRA, R. P. (org.). **Política educacional: impasses e perspectivas**. S. Paulo: Cortez, 1995.

Leitura e Produção de Textos - 60h

Ementa: O padrão culto da língua portuguesa. Análise e Interpretação de textos.

Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Produção textual: os gêneros textuais acadêmicos -Resenha crítica – artigo científico – ensaio - resumo.

Bibliografia Básica

BAZERMAN, C. Escrevendo bem, científica e retoricamente: consequências práticas para escritores da ciência e seus professores. In __. HOFFNAGEL, J. C.; DIONÍSIO, Â. P. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 59-77.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 9. ed. São Paulo: Atica, 2003.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, I. **Aula de Português: Encontro & interação**. São Paulo: Parábola, Editorial, 2003.

BIASI-RODRIGUES, B. Aspectos cognitivos e retóricos da produção de resumos. In. CABRAL, L. G.; MORAIS, J. (orgs). **Investigando a linguagem: ensaios em homenagem a Leonor Scliar- Cabral**. Florianópolis: Mulheres, 1999. pp. 245-258.

CAMPADELLI, S. Y.; SOUZA, J. B.. **Produção de textos e usos da linguagem**. São Paulo: Saraiva, 1998.

CUNHA, C. F. da. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIONISIO, Â. P.; BEZERRA, M. A.; MACHADO, A. R. **Gêneros textuais & ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerda, 2003.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação**. 4.ed. São Paulo: Atica, 2001.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2. ed. São Paulo:Ática, 2002.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. (orgs.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. (orgs.). **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004.

MOTTA-ROTH, D (org.) **Redação Acadêmica**: princípios básicos. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Imprensa Universitária, 2001.

PERROTA, C. **Um texto para chamar de seu**: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Geometria Plana - 60h

Ementa: História da Geometria. Pontos, retas e ângulos. Instrumentos e desenho. Triângulos semelhantes. Funções trigonométricas de ângulos. Círculos. Lugares geométricos. Decomposição de regiões poligonais. Instrumentos pedagógicos para a contextualização do conhecimento.

Bibliografia Básica

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar**: geometria plana. 7. ed. São Paulo: Atual, 1999.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana**. 8. ed. São Paulo, Atual, 2005

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. **Fundamentos da Matemática Elementar**. São Paulo: Atual, 1996. v.9

Bibliografia Complementar

BARBANTI, L. **Matemática superior**. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARBOSA, J. L. M. **Geometria euclidiana plana**. Fortaleza: SBM, 1997.

BEZERRA, M. J. **Matemática para o ensino médio**. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2001.

BIANCHINI, E. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1995.

CUNHA, F da. **Matemática aplicada**. São Paulo: Atlas, 1990.

DANTE, L. R. **Matemática**. Volume único. São Paulo: Ática, 2005.

DOLCE, O. **Fundamentos da matemática elementar**: geometria plana. 7.ed. São Paulo: Atual, 1993.

FACCHINI, W. **Matemática**. São Paulo: Saraiva, 1996.

GIOVANI, J. R., BONJORNO, J. R, GIOVANI JR, J.R. **Matemática fundamental, uma nova abordagem**. São Paulo: FTD, 2002.

MARANHÃO, M, C, S. de A . **Matemática**. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVEIRA, E. C. de. **Introdução aos métodos da matemática aplicada**. Campinas, São Paulo : UNICAMP, 1997.

WAGNER, E. **Construções Geométricas**. São Paulo: SBM, 1998.

2º Semestre

Matemática Fundamental II - 60h

Ementa: Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos. Polinômios e equações Algébricas. Análise combinatória. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia Básica

ÁVILA, G. **Variáveis complexas e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC,1990.

HAZZAN, S. **Combinatória e Probabilidade**. Fundamentos de Matemática Elementar. 5, ed. São Paulo: Atual, 1993.

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar**. São Paulo: Atual, 1977. v. 6.

Bibliografia Complementar

MORGADO, A. C. O., CARVALHO, J. B. P., CARVALHO, P. C. P. e FERNANDEZ, P. **Análise Combinatória e Probabilidade**. Rio de Janeiro: SBM, 1991. (Coleção do Professor de Matemática)

NERY, C., T, F. **Matemática para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2001.

SPIEGEL, M. R.. **Variáveis complexas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, [1972].

Lógica Básica - 30h

Ementa: Cálculo proposicional. Cálculo de predicados. Tabelas-verdades.

Bibliografia Básica

ALENCAR, E. de. **Iniciação à Lógica Matemática**. São Paulo: Nobel, 2000.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo lógica**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
 DAGHLIAN, J. **Lógica e Álgebra de Boole**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Bibliografia Complementar

COPI, I. **Introdução lógica**. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

DIENES, Z P.; GOLDING, E. W. **Lógica e jogos lógicos**. 3.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1973.

Informática Básica - 60h

Ementa: Estrutura de computadores. Introdução aos sistemas operacionais. Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas e Banco de dados. Construção de algoritmos para computação algébrica e computação numérica. Elaboração de procedimentos e/ou programas na construção de objetos de aprendizagem de Matemática no ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia Básica

RUGGIERO, Márcia A. G. **Cálculo Numérico: aspectos teóricos e computacionais**. São Paulo: MARKRON Books, 1996.

VELLOSO, F, de C. **Informática - conceitos básicos**. 8. ed.rev. E atual. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

TERADA, R.; SETZER, V. W, **Introdução a Computação e a Construção de Algoritmos**. São Paulo: Makron Books, 1992

Bibliografia Complementar

CLAÚDIO, D, M. et al. **Fundamentos da Matemática Computacional**. Porto Alegre: Luzzatto, 1987.

DEITEL, H. M. e DEITEL, P. J. **C++ como programar**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DIAS, S, V. **Introdução à Programação de Computadores**. Rio de Janeiro: Campus, [1982?].

FERTIG, Cristina. **Algoritmos E Programação - Teoria E Pratica..** Novatec . 2005

GILAT, A. **Matlab com Aplicação em Engenharia**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2006.

GUIMARÃES, A. de M.; LAGES, N. A. de C. **Introdução à ciência da computação**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

HANSELMAN, D.; LITTLEFIELD, B. **Matlab 6: Curso Completo**. São Paulo: Makron Books, 2003.

MANZANO, J, N. G. **Programação de Computadores**. São Paulo: Erica, 2003.

MATSUMOTO, E. Y. **Matlab7 Fundamentos**. São Paulo: Érica, 2004.

SCHILDT, H. C. **Completo e Total**. São Paulo: Makron Books, 1996.

TAJRA, S. **Informática na Educação**. 7.ed. São Paulo: Érica, 2007.

Geometria Espacial – 60h

Ementa: Representação plana de objetos tridimensionais. Posição relativa de planos e retas. Sólidos geométricos. Softwares relacionados ao ensino de geometria. História da Matemática relativa ao conteúdo. Instrumentos pedagógicos para a contextualização do conhecimento.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMATICA. Introdução a geometria espacial**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, c1993. 93p. (Coleção do professor de matemática).

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática- Contexto e aplicações: volume único**. São Paulo (SP): Ática.

DOLCE, O. POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar: geometria espacial**. São Paulo: Atual, 1997.

Bibliografia Complementar

BARBANTI, L. **Matemática superior**. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARBOSA, J, L, M. **Geometria euclidiana plana**. Fortaleza: SBM, 1997.

BEZERRA, M, J. **Matemática para o ensino médio**. 5.ed.. São Paulo: Scipione, 2001.

BIANCHINI, E. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1995.

CUNHA, F, da. **Matemática aplicada**. São Paulo: Atlas, 1990.

DOLCE, O. **Fundamentos da matemática elementar: geometria plana**. 7.ed. São Paulo: Atual, 1993.

FACCHINI, R. **Matemática**: volume único. São Paulo: Saraiva, 1996.

GIOVANI, José Ruy, BONJORNO, J. R, GIOVANI JR, J.R. **Matemática fundamental: uma nova abordagem: volume único**. São Paulo: FTD, 2002.

MARANHÃO, M, C, S. de A. **Matemática**. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVEIRA, E, C, de. **Introdução aos métodos da matemática aplicada**. Campinas: UNICAMP, 1997.

Teorias Educacionais e Curriculares - 60h

Ementa: Teorias educacionais e curriculares e suas relações com as práticas pedagógicas. Correntes pedagógicas e curriculares. Currículo à luz das diferentes concepções curriculares. Novos paradigmas teóricos e curriculares.

Bibliografia Básica

BECKER, F. **Educação e Construção do Conhecimento**. Revista e Ampliada 2ª Edição 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo – Uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre, RS: ARTMED, 1998.

SILVA, T, T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília : MEC/SEF, 1998.

COSTA, M, V. (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. & PERNAMBUCO, M. M. 2003. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos**. Cortez, São Paulo.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.
- HERNÁNDEZ, F. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- LOPES, A. C. e MACEDO, E. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002. (Série cultura, memória e currículo). v. 2.
- MOREIRA, A.F.B. (org.) **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- Sacristán, J.G & GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SAVIANI, Nereide, **Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**, Campinas, Autores Associados, 1994.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

Educação e Mundo do Trabalho - 30h

Ementa: As inter-relações entre Educação, Trabalho e produção em uma sociedade capitalista. As relações entre educação e o mundo do trabalho no contexto do desenvolvimento histórico e social. O trabalho como princípio educativo. A crise do modelo de escola no século XXI. O professor de matemática como profissional e sujeito da educação.

Bibliografia Básica

- GIMENO, Sacristan. **Currículo uma reflexão sobre a prática**. Editora Penso
- FERREIRA, Eliza BArtolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

- APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILLI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. Trabalho apresentado na 20ª reunião da ANPED, 1997.
- KOBER, C. M. **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- KUENZER, Acácia Z. et.alii. **Trabalho e educação**. Coletânea CBE. Campinas: Papirus, 1994.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e educação**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- MARKET, W. **Trabalho, comunicação e competência: contribuições para a construção crítica de um conceito e para a formação do profissional transformativo**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MELLO, G. N. de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. Colaboração Madza Julita Nogueira. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

3º Semestre

Cálculo I - 60h

Ementa: Limite e Continuidade de Funções. Derivada. Diferencial. Aplicações das derivadas.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Cálculo: um novo horizonte**. Porto Alegre: Bookman, 2000. v. 1.

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo A**. Editora Prentice Hall Brasil, 2006.

STEWART, J. **Cálculo**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003. v. 1.

Bibliografia Complementar

BATSCHÉLE, E. **Introdução à matemática para biocientistas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

BOYER, C. B. **Cálculo**. Tópicos de História da Matemática para uso em Sala de Aula. São Paulo: Atual, 1992. v. 6.

EDWARDS, C.H.; PENNEY, David E. **Cálculo com Geometria Analítica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1997. V.1.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 1.

GUIDORIZZI, H. L. **Curso de Cálculo Um**. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 1.

MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. **Cálculo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

PISKOUNOV, N. **Cálculo diferencial e integral**. Porto: Livraria Lopes da Silva, 1988.

SHENK, Al. **Cálculo com geometria analítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

SWOKOWSKI, E. W. **Cálculo com geometria analítica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação e da Atuação Docente - 60h

Ementa: Os processos informal e/ou assistemático e formal e/ou sistemático da educação. Bases epistemológicas da formação docente. A didática na formação do professor. Influências e elementos de diferentes correntes didáticas. Planejamento. Didática da Matemática.

Bibliografia Básica

CANAU, V. M. Tem sentido hoje falar de uma didática geral? In: CANAU, Vera Maria (org.) **Rumo a uma nova didática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Docência em formação. Série Saberes Pedagógicos).

SACRISTÁN, J. Gimeno e PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

AZANHA, J. M. P. **Parâmetros Curriculares Nacionais e Autonomia da Escola**.

São Paulo, s/d.(mimeo).

BICUDO, M. A. V. et al. **Formação do educador e avaliação educacional – avaliação institucional, ensino e aprendizagem.** São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários & Debates) v. 4.

CHEVALLARD, Yves; BOSCH, Mariana e GASCÓN, Josep. **Estudar Matemáticas.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BONTEMPO, L. **Os alunos investigadores.** Belo Horizonte: AMAE-EDUCANDO, n. 270, 1997.

DOLL, J.; ROSA, R. T. D. da. **Metodologia do ensino em foco: práticas e reflexões.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

D'AMORE, Bruno. **Epistemologia e Didática da Matemática.** São Paulo: Escrituras, 2005.

HERNANDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação – projetos de estudos.** Porto Alegre: Artes Médica, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Silvia Dias Alcântara. **Educação Matemática – Uma introdução.** São Paulo: Educ, 2002.

MENESES, J. G. C.; BATISTA, S. H.S. **Revisitando a prática docente: interdisciplinaridade, políticas públicas e formação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. Revista Nova Escola.

NÓVOA, A. **Profissão professor.** Portugal: Porto Editora Ltda, 1992.

PAIS, Luiz Carlos. **Didática da Matemática: Uma análise da influência francesa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SADOVSKY, Patrícia. **O ensino de matemática hoje – Enfoques, sentidos e desafios.** São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, I. P. **Didática: o ensino e suas relações.** São Paulo: Papirus, 1996.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Física I - 60h

Ementa: Mecânica. Termodinâmica.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A. **Curso de Física**. São Paulo: Scipione, 2000. v. 1.

GASPAR, A. **Física: Mecânica**. São Paulo: Ática, 2000. v. 1.

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Bibliografia Complementar

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de Física – Mecânica**. Editora LTC, 2009. v. 1.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de Física – Calor**. Editora LTC, 2009. v. 2.

Geometria Analítica - 60h

Ementa: Ponto, vetores e reta no plano e no espaço. Estudo do plano. Posições relativas. Cônicas.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Álgebra Linear com Aplicações**. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOULOS, P. **Geometria Analítica: um tratamento vetorial**. São Paulo: Editora McGraw-Hill Ltda, 1987.

STEINBRUCH, A. **Geometria Analítica Plana**. São Paulo: Editora McGraw-Hill Ltda, 1991.

Bibliografia Complementar

DANTE, L. R. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2005.

GIOVANI, JR.; BONJORNO, J. R.; GIOVANI JR, J.R. **Matemática fundamental, uma nova abordagem**. Editora FTD, 2002.

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar – geometria analítica**. São Paulo: Atual, 1993.

RIGHETTO, A. **Vetores e Geometria Analítica**. 5.ed. São Paulo: IBLC, 1982.

WINTERLE, Paulo. **Vetores e Geometria Analítica**. São Paulo: Person Education, 2008.

Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem - 60h

Ementa: Principais concepções da psicologia e a relação com o processo de ensino e de aprendizagem. Processo psicológico de desenvolvimento e aprendizagem e suas inter-relação com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. O desenvolvimento humano e as características individuais no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Contribuições da psicologia de Piaget, Vygotski e Wallon para a educação.

Bibliografia Básica

KELLER, F. S. **Aprendizagem:** teoria do reforço. São Paulo: EPU, 1973.

PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia - 25ª Ed. 2011 - Rio de Janeiro: Editora: FORENSE UNIVERSITÁRIA

VIGOTSKY, L.S.; LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988.

Bibliografia Complementar

BRASIL, MEC, Secretária de Educação Básica. **Relações interpessoais: abordagem Psicológica.** Brasília: UNB, Centro de Educação à Distância, nº4, 2006.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa da infância à terceira idade.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 2003.

COLLARES, Cecília A. L. & MOYSÉS, M. Aparecida. **Preconceitos no cotidiano Escolar: ensino e medicalização.** São Paulo: Cortez, 1996.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á. **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

COUTINHO, M. T. C. **Psicologia da Educação:** um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a

educação, ênfase na abordagem construtivista. Belo Horizonte: Lê. 1999.

DAVIS, C. OLIVEIRA, Z. **Psicologia na educação**. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor) São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRO, E. **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artes Médica, 2001.

FLAVEL, J.H.; MILLER, P.H. ;MILLER, S. A. **Desenvolvimento cognitivo**. 3.ed. Tradução: Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999.

FONTANA, I. R. N. C. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual,1997.

HILGARD, E. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1973.

INCONTRI, D. **Pestalozzi, educação e ética**. São Paulo: Scipione, 1997. Série Pensamento e Ação no Magistério.

KUPFER, M. C. **Freud e a educação**. O mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

MOYSÉS E COLLARES. **A história não contada dos distúrbios de aprendizagem**. Cadernos CEDES nº28. Campinas: Papirus, 1992. p.31-47.

MOLL, L.C. (Org.).**Vigotsky e a educação**: Implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

MUSSEN, P.H. **O desenvolvimento psicológico da criança**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987

MUSSEN, P.H.; CONGER, J.J.; KAGAN, J.E.; HUSTON, A.C. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. 3.ed. Tradução: Maria Lúcia G. Leite Rosa. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1995.

REGO, T. C. **Vigotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

4º Semestre

Física II - 60h

Ementa: Eletricidade. Magnetismo. Ótica.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A. **Curso de Física**. São Paulo: Scipione, 2000. v. 3.

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de Física Básica – Eletromagnetismo**. Edgard Blucher, 1997. v. 3.

Bibliografia Complementar

GASPAR, A. **Física: Eletricidade**. São Paulo: Ática, 2000.

GONÇALVES E T. **Física e realidade**. São Paulo: Scipione, 1997. v. 3.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de Física – Eletromagnetismo**. LTC, 2009. v. 3.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de Física – Óptica, Física Moderna**. LTC, 2009. v. 4.

TIPLER, P. A.; M, G. **Física – Para cientistas e engenheiros**. LTC, 2006. v. 3.

Álgebra linear I - 60h

Ementa: Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Introdução a programação linear. Espaços Vetoriais.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Álgebra Linear com aplicações**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOLDRINI J L.; COSTA, S. I. R.; WETZLER, H. G.; RIBEIRO, V. L. F. F. **Álgebra Linear**. 3.ed. São Paulo: Haper & Row do Brasil, 1980.

STEINBRUCH, W. **Álgebra Linear**. São Paulo: Makron Books, 1987.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, K. **Álgebra Linear**. São Paulo: Polígono, 1970.

KOLMAN, Bernard; HILL, David R. **Introdução a Álgebra Linear com Aplicações**. Rio de Janeiro: LIC, 2006.

LANG, S. **Álgebra Linear**. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1971.

NOBLE, B.; D, J. **Álgebra Linear Aplicada**. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1986.

Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica I - 60h

Ementa: Aspectos de conteúdos e metodologias para o ensino de matemática nas séries finais do ensino fundamental. Resolução de problemas, Etnomatemática, História da Matemática, Modelagem Matemática, Jogos, Informática, Investigação. Propostas curriculares para o ensino de Matemática. Parâmetros Curriculares Nacionais, Propostas Curriculares Estaduais e livros didáticos.

Bibliografia Básica

BICUDO, M A. V.; BORBA, M de C (org.). **Educação matemática: pesquisa em movimento.** São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, F. M. de **O A matemática no Brasil.** São Paulo: UNICAMP, 1999.

D'AMBRÓSIO, U. **Da realidade à ação.** São Paulo: Papyrus, 1986.

Bibliografia complementar

BICUDO, M A. V. (org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1999.

MIORIM, M. A. **Introdução à história da educação matemática.** São Paulo: Atual Editora, 1998.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica.** São Paulo: Papyrus, 2001. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).

Concepções em Educação Matemática - 30h

Ementa: A Matemática e a Educação Matemática enquanto áreas de conhecimento. A Educação Matemática no Brasil. Pesquisas brasileiras em Educação Matemática.

Bibliografia Básica

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática.** São Paulo: Ática, 1990.

GARNICA, A. V. M. Filosofia da Educação Matemática: algumas ressignificações e uma proposta de pesquisa. In: **Pesquisa em Educação Matemática: concepções & perspectivas.** Org.: Maria Aparecida V. Bicudo. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO, S. D. A. **Educação Matemática – uma introdução.** São Paulo: PUC,

1999.

Bibliografia Complementar

BARKER, S. F. **Filosofia da Matemática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

DAVIS, P.J.; HERSH, R. **A Experiência Matemática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

FIorentini, D. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da Matemática no Brasil**. Zetetiké, Ano 3, nº4, novembro de 1995.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

MIORIM, M. A. **Introdução à História da Educação Matemática**. São Paulo: Atual Editora. 1998.

Avaliação – 45h

Ementa: O processo avaliativo e suas implicações no processo e ensino e de aprendizagem. Avaliação nas diferentes concepções de educação. Diferentes formas e instrumentos de avaliar. Avaliação enquanto componente do trabalho docente (planejamento, execução, avaliação e replanejamento. Avaliação em Matemática à luz das tendências em Educação Matemática. Análise de erros em avaliações de Matemática.

Bibliografia Básica

LUCKESI, C C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RAPHAEL, S. KESTER C (orgs.). **Avaliação sob exame**. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

CURY, Helena Noronha. **Análise de Erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Bibliografia Complementar

ESTEBAN, M. T. (Org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 5ª

ed. Rio de Janeiro.:DP&A, 2003.

GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**. Porto Alegre : Mediação, 1995.

HOFFMANN, J. 1998. **Pontos e contrapontos o pensar ao agir em avaliação**. 9ª ed. Mediação, Porto Alegre.

HOFFMANN, J., 2005. **O jogo do contrário em avaliação**. 2ª ed. Mediação, Porto Alegre.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, C dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I.P.A. RESENDE, L.M.G.(org). **Escola: espaço do projeto Político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998

Cálculo II - 60h

Ementa: Integral indefinida Técnicas de Integração. Integral definida. Aplicações da Integral. Integrais impróprias.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Cálculo: um novo horizonte**. Porto Alegre: Bookman, 2000. v. 1

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo A**. Editora Prentice Hall Brasil, 2006.

STEWART, J. **Cálculo**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003. v. 1.

Bibliografia Complementar

BATSCHÉLE, E. **Introdução à matemática para biocientistas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

BOYER, C. B. **Cálculo**. Tópicos de História da Matemática para uso em Sala de Aula. São Paulo: Atual, 1992. v. 6.

EDWARDS, C.H.; PENNEY, David E. **Cálculo com Geometria Analítica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1997. V.1.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 1.

GUIDORIZZI, H. L. **Curso de Cálculo Um**. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 1.

MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. **Cálculo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

PISKOUNOV, N. **Cálculo diferencial e integral**. Porto: Livraria Lopes da Silva, 1988.

SHENK, Al. **Cálculo com geometria analítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

SWOKOWSKI, E. W. **Cálculo com geometria analítica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

5° Semestre

Cálculo III - 60h

Ementa: Funções de várias variáveis. Derivadas parciais. Gradiente. Máximos e mínimos. Integrais Múltiplas.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Cálculo: um novo horizonte**. Porto Alegre: Bookman, 2000. v.2.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 2.

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo A e B**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

Bibliografia Complementar

GUIDORIZZI, H. L. **Curso de Cálculo Um**. São Paulo: LTC, 2001. v.1 e 2.

MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. **Cálculo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Álgebra Linear II - 60h

Ementa: Transformações Lineares. Autovalores e Autovetores. Diagonalização de Operadores. Mínimos quadrados. Quádricas.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Álgebra Linear com aplicações**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOLDRINI J. L.; COSTA, S. I. R.; WETZLER, H. G; RIBEIRO, V. L. F. F. **Álgebra Linear**. 3.ed. São Paulo: Haper & Row do Brasil, 1980.

STEINBRUCH, WINTERLE. **Álgebra Linear**. Makron Books, 1987.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, K. **Álgebra Linear**. São Paulo: Polígono, 1970.

KOLMAN, Bernard; HILL, David R. **Introdução a Álgebra Linear com Aplicações**. Rio de Janeiro: LIC, 2006

LANG, S. **Álgebra Linear**, São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1971.

NOBLE, B. D. J. **Álgebra Linear Aplicada**. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1986.

Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica II - 60h

Ementa: Aspectos de conteúdos e metodologias para o ensino de matemática no Ensino Médio (acadêmico e técnico-profissionalizante) e na Educação de Jovens e Adultos. Resolução de problemas, Etnomatemática, História da Matemática, Modelagem Matemática, Jogos, Informática, Investigação. Propostas curriculares para o ensino de Matemática. Parâmetros Curriculares Nacionais, Propostas Curriculares Estaduais e livros didáticos. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M.; LÜDKE, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PAIS, L. C. **Didática da Matemática:** uma análise da influência francesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSA N, E. **Didática da Matemática**. São Paulo: Ática, 1998.

Bibliografia Complementar

D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação: reflexos sobre Educação Matemática.** Campinas: UNICAMP, 1986.

FIORENTINI, D. **Teses e dissertações de mestrado ou doutorado, relativas à Educação Matemática, produzidas/defendidas no Brasil de 1991 a 1995.** Revista Zetetike, Campinas: ano 3, n.4, 1995, p.103-116.

PIAGET, J. **A Iniciação à Matemática.** A Matemática Moderna e a Psicologia da Criança. São Paulo, 1998.

Laboratório de prática de ensino-aprendizagem I - 60h

Ementa: Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e testagem. Produção de ensaios teóricos sobre o ensino da matemática. Metodologias alternativas para o ensino de matemática nas séries finais do ensino fundamental. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa.** 11.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GUELLI, O. **Contando a História da Matemática.** 9. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LIMA, E. I. **Exame de Textos: Análise de Livros de Matemática para o Ensino Médio.** Rio de Janeiro: IMPA, 2001.

Bibliografia Complementar

DAMAZIO, A. **A prática docente do professor de matemática. Pedagogia que fundamenta o planejamento e a execução do ensino.** Florianópolis: UFSC, 1991.

BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Sistemas de numeração ao longo da história.** São Paulo: Moderna, 1997.

IMENES, L. M. **Descobrimos o teorema de Pitágoras.** São Paulo: Scipione, 1996.

MACHADO, N. J. **Semelhança não é mera coincidência.** Vivendo a matemática. São Paulo: Scipione, 1997.

MARTINS, P. L. O. **A didática e as contradições da prática.** São Paulo: Papyrus,

1998.

MOYSES, L. **Aplicação de Vygotski à Educação matemática**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

UNESC, **Manual de procedimentos de estágios**. Diretoria de ensino: Criciúma, 1998.

VITTI, C. M. **Matemática com prazer**. A partir de história e da geometria. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

VYGOTSKY, L.S. et al. **Psicologia e Pedagogia II**. Lisboa: Estampa, 1991.

ZOBOLI, G. **Práticas do ensino**: Subsídios para a atividade docente. São Paulo: Ática, 1990.

Estágio Supervisionado I - 60h

Ementa: Observação em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental. Estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Elaboração de pré-projeto de prática da docência.

Bibliografia Básica

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PIMENTA, S. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante**: O saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

ENQUITA, M. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRONZA, K.R. K. **Vivência escolar**: elementos norteadores. Rio do Sul: IFC, 2009.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão,

pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

6° Semestre

Pesquisa em Educação - 60h

Ementa: Epistemologia e pesquisa em educação. Pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas em educação. Diferentes métodos de pesquisa. Integração pesquisa e ensino. A prática docente como objeto de pesquisa. Novas tendências em pesquisa sobre o ensino de matemática.

Bibliografia Básica

COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003. v.1.

COSTA, M. V. **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, M. (Coord.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa**

qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Cálculo IV - 60h

Ementa: Sequências. Séries numéricas e de funções. Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Transformações. Integração de funções de várias variáveis.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Cálculo:** um novo horizonte. Porto Alegre: Bookman, 2000. v3.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica.** São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 2.

MATOS, M. P. **Séries e equações diferenciais.** São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2001.

Bibliografia Complementar

GUIDORIZZI, H. L. **Curso de Cálculo Um.** Editora LTC, 2001. v. 3.

MUNEM, M. A; FOULIS, D. J. **Cálculo.** Rio de Janeiro: LTC, 1982.

SWOKOWSKI, E. W. **Cálculo com geometria analítica.** São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

Equações Diferenciais Ordinárias - 60h

Ementa: Equações diferenciais de 1ª ordem. Equações diferenciais de 2ª ordem.

Bibliografia Básica

BOYCE, W. E.; DIPRIMA, R. C. **Equações diferenciais elementares e problemas.** Editora LTC, 2006.

ZILL, D. G. **Equações diferenciais.** Editora Thomson Pioneira, 2003.

SIMMONS, G. **Equações diferenciais:** teoria, técnica e prática. Mcgraw Hill Brasil, 2007.

Bibliografia Complementar

BASSANEZI, R. C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática:** uma

nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2002.

ALPHA, C. C. **Matemática para economistas**. Makron Books, 1982.

OLIVEIRA, E. C.; MAIORINO, J. E. **Introdução aos métodos da matemática aplicada**. São Paulo: UNICAMP, 2003.

Educação Inclusiva - 60h

Ementa: As políticas públicas em inclusão e exclusão sociais e educacionais. Delimitações conceituais da Educação Especial. O movimento da Escola Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais. Adaptação curricular. Recursos de acessibilidade em sala de aula. Recursos, técnicas e tecnologias para o ensino da matemática. Questões étnico-raciais no Brasil

Bibliografia Básica

CORREIA, L. de M. (org.). **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Portugal: Porto, 1999.

GONZÁLES, J.A.T. **Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas**. Tradução por Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Bibliografia Complementar

BATISTA, R. (Org.). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa/Portugal: Dina livros, 1997

BRITO, L F. **A Integração Social dos Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1978.

CARVALHO, R.E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, R. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio - interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Tradução por Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Estágio Supervisionado II - 150h

Ementa: Conclusão do pré-projeto e organização do projeto com a respectiva aplicação. Estágio de pré-docência: atividades de pré-docência nas séries finais do ensino fundamental. Elaboração do relatório final. Seminário de Socialização.

Bibliografia Básica

GIOVANNI, J. R; PARENTE, E. **Matemática**. São Paulo: FTD, 2003.

GIOVANNI, J. R; CASTRUCCI, B; GIOVANNI JR, J. R. **A Conquista da Matemática: Teoria e Aplicação**. São Paulo: FTD, 2000.

GUELLI, Oscar. **EJA – Educação de Jovens e Adultos – matemática(3ºciclo)**. Editora Ática, 2000.

Bibliografia Complementar

Livros didáticos de matemática para o ensino fundamental.

Educação matemática em revista. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Revista do professor de matemática. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática. Quadrimestral.

BIEMBENGUT, M. S. **Modelagem matemática e implicações no ensino e aprendizagem de matemática**. Blumenau: FURB, 1999.

BIEMBENGUT, M. S.; SILVA, V. C. **Ornamentos versus criatividade: uma alternativa para ensinar geometria plana e simetria**. A Educação Matemática em revista-SBEM, 1995.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FRONZA, K. R. K. **Proposta: prática de ensino – construção do pré-projeto (elementos constitutivos)**. Rio do Sul: IFC, 2009.

7º Semestre

Sociologia da Educação - 30h

Ementa: A construção do pensamento sociológico em educação. Olhar sociológico sobre a escola. Os lugares, papéis e/ou a função social da escola na modernidade e na contemporaneidade. A Escola: dinâmicas, atores, processos e contextos. Discussão relacionadas a questões étnico-raciais.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

Bibliografia Complementar

ESTEVES, A. J. A sociologia da educação na formação de professores. In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. **A Sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1992.

RESENDE, J.M.; VIEIRA, M.M. **A desconstrução de uma prática**: do saber ao fazer em Sociologia da Educação. In: Fórum Sociológico, 1993.

Educação matemática e tecnologias - 60h

Ementa: Abordagem histórica. Recursos audiovisuais e softwares para o ensino e aprendizagem da Matemática. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

DEEBA, E. Y. **Interactive linear álgebra with MAPLE V**. New York: Springer, 1997.

DUARTE, M. da G. O. **Cálculo e álgebra linear com derive**. Florianópolis: UFSC, 1995.

GRAHAM, R. L. **Matemática concreta**: fundamentos para a ciência da computação. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

Bibliografia Complementar

FALEIROS, A. C. **Aritmética, álgebra e cálculo como matemática.**

GUIMARÃES, F. E. B. **3D studio MAX 2.0: modelagem, materiais e animação.** São Paulo: Érica, 1998.

GOMES, J. **Computação gráfica: imagem.** Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 1994.

MANZANO, J. G. **Algoritmos: lógica para o desenvolvimento de programação.** São Paulo: Érica, 2001.

TOSI, A. J. **Matemática financeira com utilização do Excel 2000.** São Paulo: Atlas, 2000.

VENANCIO, C. F. **Desenvolvimento de algoritmos: uma nova abordagem.** São Paulo: Érica, 2001.

Cálculo Numérico - 60h

Ementa: Erros. Solução de equações algébricas e transcendentais. Solução de sistemas de equações lineares e não lineares. Interpolação. Ajuste de curvas. Integração numérica. Solução numérica de equações diferenciais Implementação Computacional.

Bibliografia Básica

BARROSO, C. L.; BARROSO M. M. A; CAMPOS F. F.; C M. L. B.; MAIA M. L. **Cálculo Numérico.** 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.

BURDEN, R, L.; FAIRES, J. D. **Análise Numérica.** São Paulo: Thompson, 2003.

SPERANDIO, D; MENDES, J T; SILVA, L. H. M. **Cálculo Numérico: Características Matemáticas e Computacionais dos Métodos Numéricos.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Bibliografia Complementar

ARENALES, S. H. de V.; DAREZZO, A. **Cálculo Numérico.** São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.

BURIAN, R.; LIMA, A. C. **Cálculo Numérico.** São Paulo: LTC, 2007.

CUNHA, M. C. C., **Métodos Numéricos**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

WALDIR, R. **Introdução ao Cálculo Numérico**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHERER, C. **Métodos Computacionais da Física**. São Paulo: Livraria da Física da USP, 2005.

Políticas Educacionais - Estruturas e Sistemas - 60h

Ementa: A organização do ensino brasileiro. Políticas e legislação educacional. A LDBEN e as políticas públicas nacionais. Articulação entre a estrutura e funcionamento (gestão) da educação básica e as políticas educacionais. A implantação das políticas públicas em educação. Matemática no contexto da sociedade brasileira e das políticas educacionais. O papel da participação social na reivindicação de uma educação de qualidade (Conferências, fóruns).

Bibliografia Básica

ANDREOLA, B. A. **Educação, cultura e resistência:** uma abordagem terceiromundista. Santa Maria: Pallotti/ITEPA/EST, 2002.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

Filosofia da Educação - 60h

Ementa: Conceito de educação. Educação enquanto formação moral. A educação através do olhar da Filosofia. As reflexões filosóficas sobre o processo educativo

ao longo da história da humanidade: período greco-romano, período medieval, modernidade e pós-modernidade. Educação e Ideologia.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 2006.

SEVERINO, J. A. **Filosofia da educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

Bibliografia Complementar

PINHEIRO, C. de M. **Kant e a educação**: Reflexões filosóficas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia dialética**: de Aristóteles a Paulo Freire. Trad. Wolfgang L. M. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STRECK, D. R. **Rousseau e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ZITKOSKI, J. **Freire e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Estágio Supervisionado III - 60h

Ementa: Observação em escolas e turmas do ensino médio. Estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Elaboração de pré-projeto de prática da docência.

Bibliografia Básica

PICONEZ, S. C. B. (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papyrus, 2002. (Coleção Magistério – Formação e Trabalho Pedagógico)

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.). **O professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. Coleção Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2006.

RAIÇA, Darcy (org.). **A prática de ensino: ações e reflexões**. São Paulo: Articulação, 2000.

ROEGIERS, X. **Aprendizagem integrada: situações do cotidiano escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

8º Semestre

Laboratório de prática de ensino-aprendizagem II – 60h

Ementa: Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e testagem. Produção de ensaios teóricos sobre o ensino da matemática. Metodologias alternativas para o ensino de matemática no ensino médio. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

D'AMORE, B. **Elementos de didática da matemática**. Tradução Maria C. Bonomi. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007.

FAINGUELERNT, E. K. **Educação matemática: representação e construção em geometria**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LORENZATO, S. (Org.) **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.

Bibliografia Complementar

FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDES, I. A.; FOSSA, J. A.; VALDÉS, J. E. N. **A história como um agente de cognição na educação matemática**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PONTE, J. P. da; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações matemáticas na**

sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Estatística e probabilidade - 60h

Ementa: Séries estatísticas. Apresentação de dados. Distribuição de freqüências. Medidas de: tendência central, dispersão, assimetria e curtose. Correlação e regressão. Probabilidade. Distribuição de probabilidade.

Bibliografia Básica

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil.** São Paulo: Saraiva, 1996.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. de A. **Curso de estatística.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica:** Inferência. São Paulo: Makron Books, 2000.

Bibliografia Complementar

BARBETA, P. A. **Estatística Aplicada às ciências sociais.** Florianópolis: UFSC, 1994.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica.** São Paulo: Atual, 1986.

FELLER, W. **Introdução à teoria das Probabilidades e suas aplicações.** São Paulo, Edgard Blucher, 1976.

MEYER, P L. **Probabilidade:** aplicações à estatística. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC S/A, 1984.

PAIVA O, M. **Matemática.** São Paulo: Moderna, 1999.

SPIEGEL, M. R. **Probabilidade e estatística.** São Paulo: Mcgraw-Hill, 1971.

TOLEDO, G. L, O, I. I. **Estatística básica.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. **Elementos de estatística.** São Paulo: Atlas, 1990.

VIEIRA, S. **Princípios de estatística.** São Paulo: Pioneira. 1999.

Análise - 60h

Ementa: Estrutura do pensamento matemático formal, indução matemática e dedução. Demonstração de teoremas. Números reais. Funções: limite e continuidade.

Bibliografia Básica

ÁVILA, G. **Análise Matemática para Licenciatura**, 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Métodos de Topologia. Introdução e Aplicações, livros Técnicos e científicos**. Editora SA

SPIEGEL, M. R. **Cálculo Avançado**. São Paulo: Coleção Schaum, 1971.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, G. **Introdução à Análise Matemática**, 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

ELON L L. **Análise no Espaço R^n** . Brasília: Unb, 1970.

ELON L L. **Curso De Análise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto, 1985.

EUCLIDES. S. Lang Reading-Mass **Analysis**. Ed. Adison Mês, 1968. v. 2.

FIGUEIREDO, D. G. **Análise de Fourier e equações diferenciais parciais**. 3 ed. Rio de Janeiro: IMPA, 1997.

FIGUEIREDO, D. G. **Análise I**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.

FERREIRA, J. C. **Introdução à Análise Matemática**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbembkian, 1995.

HOFFMANN, L. D. **Cálculo: Um curso Moderno e suas Aplicações**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LIMA, E. L. **Análise real**. 4 ed. Rio de Janeiro: IMPA, 1999.

ROSA, M. **Seqüências e progressões**. São Paulo: Érica, 1998.

Libras - 60h

Ementa: Língua Brasileira de Sinais. A cultura surda. A surdez. O papel social das LIBRAS. Legislação e surdez. As Libras e a educação bilíngüe. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA F. C.; RAPHAEL, W. D.; **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp, Fapesp. Volume I: Sinais de A a L

FERDANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Artmed, 2003.

LACERDA, C. B. F; GÓES, M. C. R. **Surdez: Processos Educativos e Subjetividade**. Lovise, 2000.

Bibliografia Complementar

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em Contexto**: curso básico, livro do professor instrutor – Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.

LODI, A. C. B, **Uma leitura enunciativa da Língua Brasileira de Sinais**: O gênero contos de fadas. [7] D.E.L.T.A., São Paulo, v.20, n.2, p. 281-310, 2004.

LOPES, M C. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, P. **A Política Educacional de Integração/Inclusão**: Um Olhar do Egresso Surdo. Florianópolis: UFSC, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Decreto nº 5.626 de 22/12/2005**. Regulamenta a lei nº 10.436, de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

MOURA, M C. **O Surdo**: Caminhos Para uma Nova Identidade. Revinter e FAPESP, 2000.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In.: SKLIAR, C (org): **A surdez**, um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos lingüísticos. Porto Alegre:Artes Médicas. 2004.

QUADROS, R. M.. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

SKILIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos**. Mediação, 1999. v. 1e 2.

THOMA, A; LOPES, M C. **A Invenção da Surdez**: Cultura, alteridade, identidade e

diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VASCONCELOS, S P; Souza, G R da. **Libras: Língua de Sinais. Nível 1. AJA – Brasília: Programa Nacional de Direitos Humanos. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos CORDE.**

SÁ, N L. R. **Educação de Surdos: A Caminho do Bilingüismo.** EDUF, 1999.

Estágio Supervisionado IV - 150h

Ementa: Conclusão do pré-projeto e organização do projeto com a respectiva aplicação. Estágio de pré-docência: atividades de pré-docência no ensino médio. Elaboração do relatório final, com produção de artigo crítico e proposição de novas metodologias no ensino fundamental e ensino médio. Seminário de Socialização.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** Campinas: Papirus, 2000.

BRASIL. **Orientações Curriculares do Ensino Médio.** Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, SEB/Departamento de Políticas de Ensino Médio, 2006.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e tecnológica, 2002.

BRASIL. Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, SEB/Departamento de Políticas de Ensino Médio, 2004.

FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos.** Campinas: Autores Associados, 2006.

LORENZATO, S. (Org.) **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.

LÜDKE, M. (Coord.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001

16. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

A avaliação do Curso acontecerá por dois mecanismos, constituídos pelas avaliações externa e interna em consonância com Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.

A implementação do projeto do curso será acompanhada pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante, que adotará como referencia os padrões e instrumentos utilizados pelo MEC/SINAES.

17. Sistemas de Avaliação Institucional

17.1 Avaliação externa

A avaliação externa adotará mecanismos do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, e indiretamente pela sociedade.

17.2 Avaliação interna

A avaliação interna ocorrerá por meio da Comissão Própria de Avaliação - CPA, que organizará e/ou definirá os procedimentos e mecanismos adotados para a avaliação dos cursos.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CPA e segundo as atribuições previstas na Organização Didática dos Cursos Superiores do Instituto Federal Catarinense, o NDE acompanhará a evolução dos seguintes pontos:

- Atividades de Ensino;
- Organização Didático Pedagógica;
- Projeto Pedagógico do Curso;
- Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica;
- Atividades de Extensão;
- Biblioteca;
- Instalações;
- Avaliação discente sobre a estrutura e sobre os docentes;
- Autoavaliação discente e docente.

18. Sistemas de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno

O processo de Avaliação está pautado na resolução 057/2012 do CONSUPER/IF Catarinense que regulamenta a avaliação dos cursos superiores. A avaliação deve ser contínua, cumulativa e fornecer subsídios para que a Instituição possa retroalimentar o projeto pedagógico e o professor o processo de ensino e de aprendizagem, buscando compreender os processos de avanços e as defasagens de aprendizagem. A avaliação deve também buscar investigar os conhecimentos prévios dos alunos e levantar seus anseios e suas necessidades.

O papel do professor na avaliação deve ser o de agente crítico da realidade, percebendo a avaliação como um processo de construção do conhecimento. Neste sentido, os acertos, os erros, as dificuldades, as dúvidas, o contexto social e econômico que os alunos apresentam, são evidências significativas de como eles interagem com a apropriação do conhecimento.

Os objetivos da avaliação são:

- analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina.
- avaliar a trajetória da vida escolar do aluno, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos alunos e o encaminhamento do processo ensino–aprendizagem.
- determinar, através de instrumentos de medidas, os aspectos qualitativos e quantitativos do comportamento humano (motor, afetivo e cognitivo), coerente aos objetivos planejados para acompanhar o processo de aprendizagem.

A avaliação deve possibilitar a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos acadêmicos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa.

Cabe ao professor fazer todos os registros e anotações referentes às avaliações, que servirão para orientá-lo em relação aos outros elementos necessários para o avanço do processo ensino-aprendizagem.

Serão utilizados como instrumentos de avaliação ao longo do curso:

- Apresentação oral e escrita de trabalhos propostos pelos professores;
- Avaliação escrita (trabalhos e provas);
- Seminários;
- Projetos;
- Participação em eventos;
- Além de outras formas de avaliar consideradas pertinentes pelos professores e previstas no plano de ensino da disciplina.

Os critérios que deverão nortear os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores deverão primar pelo:

- Domínio dos conteúdos trabalhados.
- Assiduidade e pontualidade.
- Habilidade na utilização/aplicação dos conteúdos desenvolvidos em aula.
- Comprometimento com o curso.
- Capacidade de transpor os conteúdos estudados.
- Explicitação de habilidades e competências relacionadas a prática da docência na Educação Básica.
- Promoção de enfoques e práticas interdisciplinares.

Destaca-se por fim, conforme a Resolução 057/2012 do CONSUPER/IF Catarinense os seguintes artigos.

Art. 66. É dever do professor apresentar ao aluno o resultado das avaliações parciais no máximo, até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art.67. A disponibilização da média semestral deverá ser feita, no máximo, até o último dia do período letivo.

Art. 68 É vedado ao professor ou qualquer outra pessoa, abonar faltas, ressalvadas as determinações legais.

Art. 69. Caso o aluno não possa comparecer às aulas em dia de atividade

avaliativas, mediante justificativa, poderá requerer nova avaliação

§1º. O pedido de nova avaliação deverá ser protocolado na Secretária Acadêmica no prazo de 3 (três) dias úteis após a realização da atividade.

18.1 Da aprovação do aluno

A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média semestral da disciplina ou resultado do exame final, sendo que, durante o semestre letivo, cada acadêmico receberá, no mínimo, 2 (duas) Notas Parciais (NP) resultantes das diversas avaliações acadêmicas atribuídas pelo professor. A avaliação do desempenho acadêmico, deverá ser com atribuição de notas, expressas em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com um decimal.

Será considerado aprovado por média semestral da disciplina o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina.

Será considerado aprovado por resultado do exame final da disciplina o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) inferior a 7,0 (sete inteiros) após prestar exame final (NE) e obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco).

A média final é a média aritmética entre a média semestral e a nota obtida no exame final, calculada pela seguinte expressão:

$$MF = \frac{MS + NE}{2} \geq 5$$

Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que tiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) e não comprovar frequência igual ou superior a 75%.

Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que tiver frequência igual ou superior a 75% e, após o exame final não alcançar média semestral igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros).

19. Corpo Docente

Titulação	Quantidade	% do total	Graduado em curso de Matemática (% do total)	Na área de Matemática		Em outras áreas	
				Qtd.	% do total	Qtd.	% do total
Especialização	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	9	75	42	4	33	5	42
Doutor	3	25	17	0	0	3	25
Total	12	100	59	4	33	8	67

Quadro 07 – Corpo Docente

19.1 Identificação do regime de trabalho do corpo docente

Nome	Núcleo de Responsabilidade	Regime de Trabalho		Formação Acadêmica	Maior Titulação Concluída
		40 h	40 h DE		
Deivi de Oliveira Scarpari CPF:894.598.229-91 E-mail: deivi@ifcsombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	NBAS		X	Física – Licenciatura	Mestre em Ensino de Física
Elizete Maria Possamai Ribeiro CPF: 966.501.509-59 E-mail: elizete@ifcsombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	MAT E NBAS		X	Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática	Doutora em Engenharia
Gerson Luis da Luz CPF:561.688.370-00 E-mail: gerson@ifcsombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	NBAS		X	Tecnólogo em Processamento de Dados	Mestre em Educação Agrícola

Jorge Luis de Souza Mota CPF:782.827.567-68 E-mail:jorge.luis@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	MAT E NBAS		X	Licenciatura em Matemática	Mestre em Matemática Aplicada
Juliana Menegotto CPF: 947019460-87 E-mail: juliana.menegotto@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	MAT e NBAS		X	Licenciatura em Matemática	Mestre em Matemática
Lucas Spillere Barchinski CPF: 037.188.869-79 E-mail: lucas@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	MAT e NBAS		X	Licenciatura em Matemática	Mestre em Matemática
Luciana Gelsleuchter Lohn CPF:845.862.909-78 E-mail: luciana.lohn@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	NPED		X	Pedagogia	Mestre em Educação Científica e Tecnológica.
Marleide Coan Cardoso CPF: 498.495.819-72 E-mail: marleide@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	MAT E NPED		X	Licenciatura em Matemática	Mestre em Ciências da Linguagem
Margarete Farias Medeiros CPF: 584.010.409-49 E-mail: margarete.farias@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	MAT E NPED		x	Habilitação Matemática e ciências	Mestrado em Ensino de Matemática
Roseli Burigo CPF:533.912.179-87 E-mail: roseli@ifc-	NPED		X	Licenciatura em Matemática	Doutora em Engenharia e Gestão do

sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001					Conhecimento
Rosemary de Fatima de Assis Domingues Sehnem CPF:695.119.429-72 E-mail: rose.domingos@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48-35334-4001	NPED		X	Letras - Licenciatura	Mestre em Linguística

Quadro 08 – Regime de trabalho

19.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

19.1. Núcleo Docente Estruturante

Conforme Capítulo III da Resolução 057/12 CONSUPER/IF Catarinense que trata da Organização Didática dos Cursos Superiores, o NDE O deve ser constituído por membros efetivos do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Assim sendo, cada curso possui seu NDE composto pelos seguintes membros:

- a) Coordenador do Curso
- b) por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- c) ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- d) ter todos seus membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.
- e) O NDE poderá ser assessorado por um técnico administrativo em educação da área pedagógica ou NUPE, que deverá ser indicado pelos NDE.

As competências do NDE são:

I – elaborar, implantar, supervisionar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IF Catarinense;

II – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

III – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado e/ou mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V – acompanhar todo processo didático-pedagógico, analisando os resultados do processo de ensino aprendizagem, observando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

VI – acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IF Catarinense;

VII – incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

VIII – definir a presidência do núcleo.

Integrantes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Matemática.

Nome: Ana Maria de Moraes

CPF: 595.291.569-87

E-mail: ana.moraes@ifc-sombrio.edu.br

Telefone: 48 – 3533 - 4001

Formação Acadêmica: Graduação em Pedagogia- Licenciatura.

Maior Titulação Concluída: Mestrado em Educação Agrícola

Regime de trabalho: 40 horas

Nome: Elizete Maria Possamai Ribeiro

CPF: 966.501.509-59

<p>E-mail: elizete@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48 – 3533 - 4001 Formação Acadêmica: Graduação em Licenciado em Ciências c/ Habilitação em Matemática. Maior Titulação Concluída: Doutorado em Engenharia Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva</p>
<p>Nome: Lucas Spillere Barchinski CPF: 037.188.869-79 E-mail: lucas@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48 – 3533 - 4001 Formação Acadêmica: Graduação em Licenciatura em Matemática Maior Titulação Concluída: Mestrado em Matemática e Computação Científica Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva</p>
<p>Nome: Margarete Farias Medeiros CPF: 584.010.409-49 E-mail: margarete.farias@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48 – 3533 - 4001 Formação Acadêmica: Habilitação Matemática e ciências Maior Titulação Concluída: Mestrado em Ensino de Matemática Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva</p>
<p>Nome: Marleide Coan Cardoso CPF: 498.495.819-72 E-mail: marleide@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48 – 3533 - 4001 Formação Acadêmica: Graduação em Licenciatura Em Ciências Habilitação Matemática Maior Titulação Concluída: Mestrado em Ciência da Linguagem Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva</p>
<p>Nome: Juliana Menegotto CPF: 947019460-87 E-mail: juliana.menegotto@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48 – 3533 - 4001 Formação Acadêmica: Licenciatura Plena Em Matemática Maior Titulação Concluída: Mestrado em Matemática Aplicada Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva</p>
<p>Nome: Roseli Burigo CPF: 533.912.179-87 E-mail: roseli@ifc-sombrio.edu.br Telefone: 48 – 3533 - 4001 Formação Acadêmica: Graduação em Licenciatura Plena Em Matemática Maior Titulação Concluída: Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva</p>

Quadro 09 – Titulação do Núcleo Docente Estruturante

20. Corpo Técnico Administrativo

Nome	Maior Titulação	Cargo/Função	Carga Horária
Agnaldo Monteiro	Ensino Médio	Técnico em Tecnologia da Informação	40 h
Ana Maria de Moraes	Mestrado em Educação Agrícola	Pedagogo – Supervisão	40 h
Andreia da Silva Bez	Mestrado em Educação Agrícola	Psicóloga	40 h
Clarice Elias Freitas	Graduação em Administração	Auxiliar de Administração	40 h
Claudia Maria Silva Guimaraes	Especialização em Psicopedagogia Institucional	Pedagoga – Orientadora Educacional	40 h
Cristiano Antônio Pochmann	Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia	Técnico em Assuntos Educacionais – Pesquisador Institucional	40 h
Lonia Lucia Lied	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	Lavadeiro	40 h
Maria Lucia Duarte de Lima	Ensino Médio	Auxiliar de Limpeza	40 h
Moacir Dutra de Oliveira	Especialização em Psicopedagogia	Pedagogo – Supervisão Educacional – Assessor do Diretor do Departamento de Ensino	40 h
Paula Guadanhim Generoso	Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica	Assistente em Administração	40 h
Tânia Maria de Souza Goulart	Ensino Médio	Coordenadora de registros escolares	40 h
Ulysses Tavares Carneiro	Mestrado em Educação Agrícola	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h

Quadro 10 – Titulação dos Técnicos Administrativos

21. Atividades Acadêmicas

21.1 Atividades Acadêmicas Complementares

De acordo com a resolução 043/2013 do CONSUPER/IF Catarinense que trata das atividades curriculares complementares, estas são as atividades não integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios do Curso Superior, desde que afins à áreas de formação geral e profissional do curso.

As atividades acadêmicas, científicas e culturais serão desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão e serão normatizadas de acordo com os quadros abaixo que apresentam as diferentes atividades que serão validadas e estabelecem o quantitativo de créditos que podem ser averbados, bem como o limite máximo para cada atividade. Sendo importante destacar que o estudante deverá ter pelo menos 210 horas de atividades complementares para a conclusão do curso. Fica obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam atividades de ensino, extensão e pesquisa.

Entendem-se como atividades curriculares complementares, as atividades não integrantes nas práticas pedagógicas previstas nas disciplinas, oficinas ou seminários obrigatórios do Curso Superior, desde que afins à área de formação humanística e profissional do curso.

Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o Acadêmico da realidade social e profissional e propiciar-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o Instituto e a sociedade, por meio da participação do Acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

A integralização das atividades curriculares complementares dos Cursos de Graduação do IFC, previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), são de responsabilidade de cada Acadêmico.

Para fins de aproveitamento das atividades curriculares complementares,

serão consideradas todas aquelas modalidades previstas no anexo I deste Projeto Político Pedagógico.

As atividades complementares devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, entre o primeiro e o último semestre, sem prejuízo da frequência e aproveitamento nas atividades do curso, podendo ser aproveitadas as atividades que tenham sido realizadas até um ano antes do ingresso do aluno no curso.

21.2 Das Formas de Realização e Avaliação

As atividades curriculares complementares dos cursos do IFC serão avaliadas e reconhecidas, semestralmente, por uma comissão designada pelo coordenador do curso, em data a ser estipulada pelo mesmo.

Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de aproveitamento de estudos em atividades curriculares complementares, documentos legais com assinatura do responsável e respectiva carga horária.

21.3 Da Tramitação e Registro

Após abertura do período estabelecido pelo coordenador do curso, o acadêmico deverá protocolar na Secretaria Acadêmica, o pedido de aproveitamento das atividades curriculares complementares com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e cópia. Após o recebimento e conferência dos documentos, a Secretaria Acadêmica deverá autenticar as cópias, devolvendo ao acadêmico as vias originais.

Recebido e protocolado pela Secretaria Acadêmica, o pedido será encaminhado à Coordenação do Curso, que repassará para a comissão responsável pela análise e posteriormente para validação pelo Colegiado do Curso.

Os processos validados, deferidos e indeferidos, serão encaminhados para a Secretaria Acadêmica. Após a homologação dos resultados, a Secretaria Acadêmica realizará o competente registro no histórico escolar do acadêmico.

O registro no histórico escolar deverá apresentar o detalhamento das atividades realizadas pelo acadêmico com a respectiva carga horária em cada modalidade de Atividade Curricular Complementar.

21.4 Das Disposições Finais e Transitórias

As atividades curriculares complementares dos Cursos de graduação do IFC são normatizadas pela Resolução CONSUPER 043/2013, pela legislação vigente e pela regulamentação específica de cada curso, quando existente.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

21.5 Descrição das Atividades Curriculares Complementares Previstas

ATIVIDADES	CRITÉRIO	HORAS
Disciplinas cursadas com aproveitamento, não previstas no currículo pleno.		Carga horária da disciplina
Semana acadêmica dos cursos, quando não obrigatória.		Carga horária comprovada
Participação em atividades de monitoria.		Carga horária comprovada
Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do Instituto.		Carga horária comprovada
Visita Técnica, quando não registrada na carga horária da disciplina.		Carga horária comprovada
Participação em cursos de qualificação na área afim do curso com certificado de aproveitamento.		Carga horária comprovada
Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares, com certificado de aproveitamento e/ou frequência.		Carga horária comprovada

Premiação em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	Cada prêmio	15h
---	-------------	-----

Quadro 11 – Ensino

ATIVIDADES	CRITÉRIO	HORAS
Autoria e co-autoria em artigo publicado em Periódico na área afim.	Cada artigo	60h
Livro na área afim.	Cada obra	90h
Capítulo de livro na área afim.	Cada capítulo	60h
Publicação em Anais de Evento Técnico-Científico.	Cada trabalho	15h
Apresentação de trabalho em Evento Técnico – Científico.	Cada trabalho	15h
Participação de Programa de Iniciação Científica.	Cada semestre	30h
Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de mini-curso em evento científico.	Cada evento	15h
Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas e profissionais.	Cada prêmio	15h
Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	Cada projeto	60h
Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias.		Carga horária comprovada

Quadro 12 – Pesquisa

ATIVIDADES	CRITÉRIO	HORAS
Participação em programa ou projeto de extensão		Carga horária comprovada

Apresentação de projeto de extensão	Cada apresentação	15h
Premiação em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	Cada prêmio	15h
Curso de Língua estrangeira	Cada Semestre	15h
Participação em ações sociais cívicas e comunitárias	Cada Participação	Até 5h
Premiação em atividades esportivas como representante do Instituto	Cada prêmio	15h
Participação ativa em Órgão/Conselho/Comissão		Carga horária comprovada
Estágio não-obrigatório na área do curso, formalizado pelo IF Catarinense		Carga horária comprovada
Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	Cada mês	Até 5h

Quadro 13 – Extensão

21.6 Atividades de Monitoria

O Curso de Licenciatura em Matemática prevê a monitoria como uma atividade de complementação e aprofundamento dos conteúdos e das ações de formação de seu aluno e seguirá as normas já existentes no Regulamento da Instituição.

A atividade de monitoria visa atender os seguintes objetivos:

I - Propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver e compartilhar suas habilidades e competências para a carreira docente nas funções de ensino;

II - Assegurar a cooperação didática entre o corpo docente e discente nas funções universitárias;

III - Oferecer aos acadêmicos oportunidades de complementação e aprofundamento de conteúdos e estratégias de ensino nas diversas disciplinas.

IV – Contribuir para a formação complementar do acadêmico.

A atividade de monitoria é exercida por acadêmico regularmente matriculado, durante o período letivo e de acordo com as normas específicas de cada modalidade citada em regulamento próprio.

Cabe ao professor da disciplina, solicitar o auxílio de monitor mediante projeto de monitoria para a respectiva disciplina a ser encaminhado ao Coordenador do Curso.

Após o cumprimento do programa de monitoria, o monitor receberá um certificado emitido pela secretaria acadêmica do referido Câmpus Sombrio do Instituto Federal Catarinense se aprovado na avaliação.

São atribuições do monitor: auxiliar o docente nas atividades didático-pedagógicas; atendimento e orientação de alunos, em períodos por ele já cursados; atender pequenos grupos em horários que não coincidam com os seus horários de aula. É importante salientar que fica evidente no regulamento que é vedado ao Monitor elaborar, aplicar ou corrigir provas, ministrar aulas como substituto ou outras funções exclusivamente docentes.

Em relação ao regime de trabalho o programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação empregatícia entre o aluno e a Instituição. O Monitor exerce suas atividades sob orientação de professor responsável que zelarà pelo fiel cumprimento das atividades previstas. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes e será fixado no ato de designação, a carga horária compatível com as funções e atividades a serem desempenhadas. As atividades de monitoria terão no mínimo de 4 horas semanais e no máximo 20 horas semanais. As atividades do Monitor obedecem, em cada semestre, ao projeto elaborado pelo professor, aprovado pelo Coordenador do Curso nas duas modalidades.

Para divulgação e supervisão das monitorias, o edital para seleção de monitores na modalidade de bolsa auxílio em disciplinas já cursadas deverá constar obrigatoriamente: os critérios para seleção dos monitores; os planos de trabalho do programa de monitoria; os mecanismos de acompanhamento e avaliação pelo professor supervisor do trabalho do monitor; a forma de controle do

encaminhamento da frequência dos monitores.

As atividades de monitoria serão regulamentadas por meio de normatização a ser elaborada pelo IFC.

22. Estágio Curricular

22.1 Operacionalização do Estágio Curricular

O estágio curricular no curso de Licenciatura em Matemática objetiva a preparação do acadêmico para a prática docente, o estágio supervisionado será desenvolvido dentro de uma perspectiva, cujo enfoque principal é a pesquisa em ensino de Matemática, integrado com a atuação docente do acadêmico.

O estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática terá carga horária de 420 horas e será parte integrante do currículo obrigatório do curso, sendo realizado a partir do quinto semestre letivo objetivando assegurar o contato do aluno com situações, contextos e instituições de ensino, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais reais, servindo de experiência para um melhor exercício de sua profissão. Neste sentido sugere-se que o desenvolvimento dos estágios ocorra de acordo com o previsto na matriz curricular do curso.

As atividades de estágio obedecem ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, na Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense e no Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Matemática.

Em particular, aqueles que exerçam atividade regular de docente na educação básica poderão, conforme a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o limite de 200 (duzentas) horas.

O estágio supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre o estudo teórico e os saberes práticos e tem como propósito a inserção do futuro Licenciado em Matemática no mundo do trabalho das instituições de ensino. Neste sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- a) Complementar o ensino-aprendizagem a partir do contato com a

realidade das escolas.

- b) Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira.
- c) Avaliar a prática pedagógica como educador em construção.
- d) Possibilitar uma prática que integre o saber popular e o científico.

Em conformidade com a resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, o estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, respeitará o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, sendo o estagiário avaliado conjuntamente pela instituição formadora e a escola campo de estágio.

22.2 Orientação de Estágio Curricular

1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I - 60h – consiste na observação, em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Nos encontros realizados durante o semestre, entre outras atividades, haverá a elaboração de um pré-projeto de prática da docência.

2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II - 150h – Nesta etapa o acadêmico solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. Acontecerá a conclusão do pré-projeto e a organização do projeto com a preparação para a respectiva aplicação, caracterizando-se em estágio de pré-docência nas séries finais do ensino fundamental. Ao final deste estágio será elaborado um relatório final e/ou artigo que deverá ser apresentada em Seminário de Socialização.

3ª. Etapa: Estágio Supervisionado III - 60h – consiste na observação, em escolas e turmas do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Nos encontros realizados durante o semestre, entre outras atividades, haverá a elaboração de um pré-projeto de prática da docência.

4ª. Etapa: Estágio Supervisionado IV - 150h – Nesta etapa o acadêmico

solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. É a conclusão do pré-projeto e organização do projeto com a respectiva aplicação, caracterizando em estágio de pré-docência no ensino médio. Ao final deste estágio será elaborado um relatório final e um artigo tendo este, caracter obrigatório e parte indissociável desta etapa de ensino. Ambos deverão ser apresentado em Seminário de Socialização.

A primeira e terceira etapas do Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática tem como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação em salas de aula de Matemática do Ensino Fundamental – séries finais e posteriormente do ensino médio.

Na segunda e quarta etapas do Estágio Supervisionado será dada ênfase à prática, por meio da aplicação de formas de organização didática no ensino fundamental – séries finais e no ensino médio.

A Prática de Ensino do curso de Licenciatura em Matemática constituirá, portanto, um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação matemática que se completa com a realização do estágio.

A regulamentação dos estágios será organizada e aprovada pelo NDE de curso, contendo as diferentes modalidades de operacionalização, formas de apresentação e avaliação de relatórios finais e/ou artigo com acompanhamento individualizado, inclusive durante a fase de realização e ao final do mesmo.

22.3 Sistema de Avaliação do Estágio Curricular

A avaliação dar-se-á em cada etapa conforme descrito abaixo, a partir da elaboração de critérios que serão especificados pelo NDE do curso de Licenciatura em Matemática.

1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I: elaboração de um pré-projeto de prática da docência Ensino Fundamental.

2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II: relatório final das atividades de estágio, parecer do orientador, apresentação do relatório de estágio em um

seminário de socialização e avaliação da escola campo de estágio.

3ª. Etapa: Estágio Supervisionado III: pré-projeto de prática da docência no Ensino Médio.

4ª. Etapa: Estágio Supervisionado IV: relatório final e um artigo das atividades de estágio, parecer do orientador, apresentação do relatório de estágio e do artigo em um seminário de socialização e avaliação da escola campo de estágio.

23. Estágio Não Obrigatório (Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008)

Além do estágio supervisionado obrigatório, o aluno poderá realizar estágio extracurricular em qualquer período do curso, desde que obedecida a legislação que regulamenta os estágios e seguidas as normas institucionais e regulamentares do IFC e do campus onde o curso está sendo oferecido.

24. Pesquisa e Extensão

O Instituto Federal Catarinense, em sua Resolução *ad referendum* nº 002/2011, que regulamenta as atividades de pesquisa, expressa seu compromisso no sentido de que a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa a produção científica e tecnológica, estendendo seus benefícios à comunidade.

Por isso, a criação de espaços interativos de articulação entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as escolas de educação básica, constituindo grupos que envolvem professores das licenciaturas, licenciandos, professores e estudantes da escola básica, podem possibilitar ganhos recíprocos: os conhecimentos profissionais dos professores de escola enriquecem o currículo de formação dos novos professores e os estudos acadêmicos e pesquisas sobre o currículo enriquecem a formação dos professores em serviço.

Neste sentido o Instituto Federal Catarinense, pela resolução Ad Referendum nº 005/2010, criou um programa institucional para a concessão de bolsas de iniciação científica e de extensão, que visa o desenvolvimento científico e tecnológico e à iniciação científica de estudantes de ensino técnico, tecnológico e superior do IFC. Especificamente, entre os objetivos deste programa estão incentivar a prática da pesquisa e da extensão, visando o desenvolvimento científico e tecnológico; contribuir para a formação de recursos humanos qualificados, aprimorando o processo de formação de profissionais para o mercado de trabalho e possibilitando o aprofundamento de conhecimentos na área do curso ao qual está vinculado; promover a inovação e o empreendedorismo por meio de iniciativas de estudos em áreas prioritárias indicadas por análises do mundo do trabalho, atendendo as demandas e se antecipando a elas; possibilitar aos discentes do IFC a participação em atividades de iniciação científica e de extensão, mediante recebimento de bolsas de iniciação científica ou de extensão, conforme estabelecido neste Programa para Concessão de Bolsas. Destaca-se a participação do curso no Programa de Educação Tutorial - PET, assim como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PI-

BID.

24.1 Linhas de Pesquisa

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em consonância aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do Campus.

Neste sentido podemos identificar como possíveis linhas de pesquisa:

- Formação de professores
- Metodologias de ensino
- Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao ensino de Matemática.
- Matemática aplicada.

24.2 Ações de Extensão

De acordo com a resolução 054/2012 CONSUPER/IF Catarinense a extensão deve estar articulada ao ensino e à pesquisa e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico. A mesma deverá ser desenvolvida por meio de programas, projetos e ações em consonância com o PDI do IFC e dos campi.

O curso de Licenciatura em Matemática desenvolverá a extensão por meio de:

- programas - Ações continuadas/permanentes em estreita relação com o ensino e a pesquisa, no intuito de estabelecer vínculos e compromissos com os processos educativos regional;
- projetos – Ações desencadeadas dos programas (formação continuada, assessoria pedagógica e técnica).
- ações - Ações eventuais de curta duração articuladas aos programas ou projetos (palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas e demais eventos desta natureza).

Os princípios orientadores das ações de extensão devem ser:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a inserção social/regional com vistas a educação de qualidade social;
- como processo de diálogo e interação entre instituição formadora e sociedade.

Os programas, projetos e ações do curso de Licenciatura em Matemática serão propostos e normatizados pelo NDE de curso, tendo como preocupação a relevância social, regional, cultural, pedagógica, metodológica e epistemológica.

Atualmente o curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio desenvolve atividades de extensão vinculadas a cursos de qualificação profissional (FIC) e para o ano de 2012 já teve aprovado um projeto pelo PROEXT que visa qualificar e transformar o Laboratório de Matemática do curso em espaço de referência para os professores de Matemática da região.

25. Artigo de Conclusão de Curso

No curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio, o aluno deverá além de elaborar o relatório final de estágio curricular obrigatório, produzir um artigo que vai compor a avaliação final do estágio com o parecer do professor orientador. O relatório final de estágio, caso o aluno seja aprovado, deverá ser entregue na secretaria do curso em cópia impressa e assinada pelo professor orientador e uma cópia em CD/DVD.

O artigo deverá ser apresentado em seminário de socialização e avaliação, após ter sido aprovado pelo professor-orientador do estágio. Sendo que a versão final do artigo e relatório final de estágio deverá seguir as normas da ABNT vigente e ser entregue em formato PDF, gravado em CD/DVD, na secretaria do curso. É de responsabilidade do aluno a revisão ortográfica do trabalho, encaminhando a um profissional habilitado.

O artigo será avaliado seguindo as seguintes regras:

- Participação e comprometimento individual no processo de elaboração do artigo;
- Apresentação escrita no formato solicitado pelo curso.
- O professor orientador do estágio deverá estabelecer critérios para acompanhamento e avaliação da elaboração do artigo.
- A avaliação final do conjunto de atividades do estágio supervisionado de Matemática IV será composta em duas partes: 30% (trinta por cento) referente a produção e apresentação do artigo e 70% (setenta por cento) das demais atividades.
- A nota atribuída ao artigo deverá ser de zero a 10 (dez) e deverá refletir: originalidade, alicerces conceituais e teóricos consistentes e cumprimento das normas técnicas e metodológicas da pesquisa científica.
- Caso o estudante não consiga a média igual ou superior a sete, poderá rever

ou refazer seu trabalho a partir da indicação do professor orientador. Cabendo a este emitir a nota final.

26. Certificação e Diploma

Ao aluno concluinte do Curso de Licenciatura em Matemática em todas as suas etapas previstas na matriz curricular, será concedido diploma com o título de **Licenciado em Matemática**.

Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o aluno concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao formado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso dentro do prazo previsto.

27. Infraestrutura

27.1 Estrutura Física e Recursos Pedagógicos da Unidade Urbana

Equipamentos	2014
	Quant.
Microcomputadores	208
Projeter Multimídia	9
Impressoras	6
Retroprojeter	1
Televisão	07
Máquina copiadora	1
DVD Player	1
Blu-ray Player	0
Filmadora	0
Máquina fotográfica	1

Quadro 14 – Recursos Didáticos Pedagógicos existentes no Campus Sombrio.

AMBIENTE	Nº	Área (m ²)
Administrativo	04	275,40
Auditório	01	155,76
Biblioteca	01	155,76
Laboratório de Matemática	01	68,85
Laboratório de Turismo	02	137,70
Laboratórios de Informática	06	511,75
Livraria Cafeteria	01	136,00
Quiosque de Informações	01	155,00
Sala de Apoio – Auditório	01	31,74
Sala de Apoio – Redes	01	31,74
Sala de Estudo	01	68,00
Sala dos Professores	01	68,00
Salas de Aula	08	550,80
Setor de Atendimento ao Aluno	01	31,74
Setor de Psicologia	01	8,48
Área Total Construída (m²)	31	2.386,72

Quadro 15 – Estrutura Física da unidade urbana de Sombrio

Área de Conhecimento	Quantidade de Títulos	Quantidade de Exemplares
Administração e Serviços Auxiliares	1	1
Administração Pública	14	64
Artes	5	20
Ciências Naturais e Matemática	60	300
Ciências da Terra	19	63
Direito	12	49
Economia	40	109
Educação	71	205
Física	19	63
Linguagem e Línguas	14	56
Literatura e Retórica	139	284
Metodologia Científica	23	65
Problemas e Serviço Social	5	15
Processamento de Dados	96	298
Psicologia	10	28
Sistemas, Pesquisa Operacional, Cibernética, Teoria da Informação	1	5
Sociologia e Antropologia	7	12

Quadro 16 – Relação de títulos e exemplares existentes em Sombrio

28. Considerações Finais

Este Projeto é o resultado da construção coletiva de professores, técnicos administrativos e alunos, no que se refere às dimensões que fundamentam a educação, o político e o pedagógico, de um determinado período histórico. Neste sentido, se pensou o político e o pedagógico sempre interligados dialeticamente, com vistas a uma educação que reflita as condições em que vivem os atores do processo educativo, do curso de Licenciatura em Matemática, e a partir disto promover a melhoria das condições sociais da comunidade onde se insere o curso. Este projeto será retomado anualmente já que o mesmo reflete o início do curso de Licenciatura em Matemática junto ao Instituto Federal Catarinense. Nesse sentido as novas avaliações deverão acontecer ao longo do processo, pois a construção do conhecimento é dinâmico, provisório e inconcluso.

29. Referencias Bibliográficas

ALARCÃO, I. Professor investigador: Que sentido? Que formação? In: B. P. Campos (Ed). **Formação profissional de professores no ensino superior** (Vol.1, pp. 21-31). Porto: Porto Editora. 2001.

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ARRUDA, Jorge Bezerra. **Africanidade do povo brasileiro: somos iguais e diferentes**. São Paulo: Diáspora, 2009.

BRAGA, Maria Lucia; SILVEIRA, Maria Helena. 2007. **O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista**. Brasília : SECAD/UNESCO.

BRASIL. **Decreto-lei no 73/99/M**. Publicada no BO nº 44/1999 em 1 de novembro de 1999, p. 4684. < <http://bo.io.gov.mo/bo/i/99/44/declei73.asp> > acesso em 02/07/2008.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da **educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Educação Profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf, acessado em 13-06-2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica**. 6.ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

CANDAU, Vera Maria & LELIS, Isabel Alice. A relação teoria prática na formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p. 49-63.

FIORENTINI, Dario. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil**. In: Ver. Zetetiké. 3(4): 1-37. Campinas, CEMPEM/FE – UNICAMP, 1995.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Plano de desenvolvimento institucional-PDI**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, maio 2009.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Projeto Político Pedagógico Institucional-PPI**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, maio 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CAMPUS Sombrio - SC. **Regulamentação de estágio do Instituto Federal Catarinense, campus Sombrio**. Sombrio, SC: 2009.

KNIJNIK, Gelsa. **Exclusão e Resistência**. EDUCAÇÃO MATEMÁTICA e Legitimidade Cultural . Porto Alegre: Ates Médicas, 1993.

LOPES, Alice C. **Políticas de Currículo: Mediação por Grupos Disciplinares de**

Ensino de Ciências e Matemática. In LOPES & MACEDO (orgs) Currículo de Ciências em Debate. Campinas-SP: Papirus, 2004.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIRES, C.M.C. **Reflexões sobre os cursos de Matemática, tomando como referência as orientações propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica**. Educação Matemática em Revista, São Paulo, SBEM, v. 11A, p. 44-56, abril, 2002.

PONTE, João P. da. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Autêntica, Belo Horizonte,

RIBEIRO, Darcy. "Introdução". In: **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 17-23, 2006.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos Portugueses**. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Ano 3 - nº. 7 - Julho de 2005 - Edição Vestibular.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo Ed. Paz e Terra. 1977

30. Anexos

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - IFC

TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Artigo 1º O presente documento regulamenta as atividades de estágio do Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – IFC.

Artigo 2º A regulamentação constante neste documento está de acordo com a Orientação Didática dos Cursos Superiores do IFC, com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática (PPC), com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, com o Regimento Geral de Estágio do IFC e com o Regulamento de Estágio do Instituto Federal Catarinense – IFC.

CAPÍTULO I – BASES LEGAIS

Artigo 3º A Lei 11.788, no Artigo 3º § 1º aponta que o “[...] estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

§ 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Lei 11.788).

§ 2º Os cursos de graduação e de ensino técnico devem definir em seu PPC a modalidade de estágio, coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a filosofia do curso (Regulamento Geral de Estágios do IFC).

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica nos cursos superiores, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso (Lei 11.788).

TÍTULO II – DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Artigo 4º O estágio curricular obrigatório, é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Artigo 5º De acordo com a Lei 11.788 o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza observados os seguintes requisitos.

I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

CAPÍTULO I - Dos Objetivos

Artigo 6º São objetivos do Estágio Supervisionado:

I - proporcionar ao acadêmico a participação em situações de trabalho e experiências de ensino e de aprendizagem visando a complementação da educação profissional fundamentada pelo desenvolvimento de competências e habilidades (Artigo 5º Regulamento Geral de Estágio do IFC);

II - promover a integração entre a realidade acadêmica e sócio-econômico-política como forma de ampliar a qualificação do futuro profissional (Artigo 5º Regulamento Geral de Estágio do IFC);

III - integrar o ensino com a realidade, possibilitando a vivência de conhecimentos teóricos e práticos relacionada à sua formação acadêmica;

IV - oportunizar ao acadêmico estagiário situações que possibilitem apresentar sua visão de análise crítica e domínio do conhecimento específico, através da definição de uma proposta de ação;

V - incentivar a criação e o desenvolvimento de métodos e processos inovadores, tecnologias e metodologias alternativas, visando atingir as metas do ensino de matemática.

VI - integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir do desenvolvimento das temáticas observadas nos campos de estágio.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7º - A estrutura organizacional para o Estágio envolverá:

I - coordenadores de Curso;

II - professor Supervisor dos Estágios;

III - professor da disciplina de Estágios;

IV - professor Orientador de Estágio;

V - professor coorientador de Estágio;

VI - professores das disciplinas do NPED (Núcleo Pedagógico);

VII - instituição concedente do estágio;

VIII - professor regente de classe da instituição concedente;

IX - acadêmicos.

Seção I – Do Coordenador de Curso

Artigo 8º Ao Coordenador de Curso competirá:

I - auxiliar na supervisão e desenvolvimento das atividades com os Professores: supervisor de estágio, professor da disciplina e professor orientador;

II - auxiliar na solução de problemas oriundos do Estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;

III - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos;

Seção II – Do Professor Supervisor dos Estágios

Artigo 9º Competirá ao Professor Supervisor dos Estágios as seguintes atribuições:

- I - estabelecer parcerias com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Obrigatório;
- II - supervisionar o desenvolvimento das atividades do estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;
- III - avaliar a adequação das instituições candidatas a campo de estágio quanto à formação cultural e profissional dos professores das disciplinas afins das instituições concedentes;
- IV - providenciar o Termo de Convênio e os respectivos Termos de Compromisso, junto às instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Obrigatório;
- V - encaminhar oficialmente os Professores Orientadores de Estágio e acadêmicos aos respectivos campos do estágio;
- VI - prestar assistência técnico-administrativa e pedagógica aos Professores Orientadores de Estágio e acadêmicos, quando houver necessidade;
- VII - visitar as instituições concedentes de campo de estágio, mantendo contato com seus professores e dirigentes, sempre que necessário;
- VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos;

Seção III – Do Professor da Disciplina dos Estágios

Artigo 10º Competirá ao Professor da Disciplina de Estágios as seguintes atribuições:

- I - organizar encontros e reuniões, para a definição de ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas aos estágios;
- II - definir as linhas gerais do planejamento, oficinas, monitorias e regências com a equipe de professores;
- III - distribuir os acadêmicos conforme as vagas disponíveis nas instituições con-

cedentes de estágio;

IV - definir o número de orientandos conforme os professores orientadores disponíveis observando o limite máximo de 04 (quatro) orientações, ou 06 (seis) coorientações, ou máximo de 03 (três) orientações mais 03 (três) coorientações simultâneas;

V - organizar os seminários de socialização nas etapas II e IV;

VI - receber as avaliações emitidas pela instituição concedente e pelo professor orientador;

VII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Seção IV – Do Professor Orientador do Estágio

Artigo 11º A Orientação é obrigatória e será realizada por professores do IFC com o compromisso de visita ao local de estágio, podendo a mesma acontecer de forma ocasional e aleatória ou quando se fizer necessária, e ainda:

I - nas etapas I e III devem ocorrer no mínimo duas visitas (em cada uma delas), sendo uma a observação e outra a oficina / monitoria;

II - nas etapas II e IV devem ocorrer no mínimo duas visitas (em cada uma delas), sendo uma na monitoria e uma na intervenção.

Artigo 12º Compete ao professor orientador:

I - orientar e dar suporte técnico ao acadêmico estagiário nas distintas fases do estágio, acompanhando, em intervalos regulares mediante visitas, telefonemas, *e-mails* ou outras formas o desenvolvimento do Estágio, registrando os dados na ficha de acompanhamento. (APÊNDICE A);

II - apreciar, analisar orientar e acompanhar o planejamento e relatório durante o processo de execução do estágio indicando os materiais que auxiliem no embasamento teórico-prático necessário ao seu desenvolvimento;

III - decidir pela necessidade ou não de escolha de um coorientador em conjunto com o acadêmico;

IV - aprovar o plano e relatório antes de encaminhar o estagiário para a próxima etapa do estágio;

V - participar do seminário de socialização do estágio para avaliação de seu orientando;

VI - emitir notas referentes às atividades inerentes a orientação e encaminhá-las ao professor da Disciplina de Estágio, conforme formulário (APÊNDICE A);

VII - cumprir e fazer cumprir as normas do presente regulamento.

Artigo 13º São requisitos para atuar como Professor orientador:

I - ser professor do campus;

II - dispor de tempo para orientação;

Seção V – Do Professor Coorientador do Estágio

Artigo 14º Compete ao Professor coorientador a seguinte atribuição:

I - substituir e ou auxiliar o professor orientador, quando houver necessidade;

Artigo 15º São requisitos para atuar como Professor coorientador:

I - ser professor do campus;

II - dispor de tempo para orientação;

Seção VI – Dos Professores das disciplinas do NPED (Núcleo Pedagógico)

Artigo 16º Compete aos professores das disciplinas do Núcleo Pedagógico envolvidas nos períodos nos quais o Estágio Supervisionado ocorre:

I - dar suporte a pesquisa;

II - auxiliar com sugestões de estratégias que possam ser desenvolvidas no estágio;

III - indicar bibliografias que auxiliem no desenvolvimento da pesquisa.

Seção VII - Da Instituição concedente do Estágio

Artigo 17º Compete à instituição:

- I - receber o acadêmico para realização do estágio;
- II - receber e fornecer informações e documentos necessários;
- III - encaminhar o acadêmico para a sala de aula;

Seção VIII – Do professor regente de classe da instituição concedente

Artigo 18º É necessário que o professor regente de sala tenha habilitação na área de atuação.

Artigo 19º Compete ao professor regente de sala:

- I - acompanhar as atividades que o acadêmico estagiário desenvolve;
- II - analisar o planejamento elaborado pelo acadêmico e aprovado pelo professor orientador sugerindo alterações, se necessário;
- III - avaliar o estagiário e preencher os formulários solicitados pelo IFC, logo após a conclusão do estágio;

Seção IX – Do Acadêmico

Artigo 20º Ao acadêmico compete:

- I - Participar de todas as atividades previstas para o Estágio;
- II - apresentar plano de estágio, seguindo o cronograma do mesmo;
- III - desenvolver as atividades do estágio com responsabilidade, criatividade e senso crítico;
- IV - observar atentamente a aplicação dos princípios de comunicação, relações humanas e ética profissional;
- V - ter conhecimento da documentação necessária para a realização do estágio e cumprir o cronograma para entrega dos mesmos e de todas as etapas do Estágio;
- VI - receber e preencher a documentação necessária levando à instituição concedente e devolvendo ao IFC com as devidas informações e assinaturas;
- VII - elaborar e entregar as produções escritas via impressa e/ou em formato digital, conforme orientações do NDE do campus ao professor orientador, com antecedência mínima de dez dias úteis da data estipulada para o encerramento da

etapa;

VIII - ter conhecimento da data, local, horário e tempo, das atividades relacionadas ao estágio;

IX - providenciar os recursos materiais necessários para o desenvolvimento do estágio;

X - decidir pela necessidade ou não de escolha de um coorientador em conjunto com o orientador;

XI - estar presente em todas as orientações agendadas pelo professor orientador;

XII - cumprir as normas do presente regulamento e demais normatizações relativas ao Estágio do IFC.

Artigo 21º No estágio supervisionado I e III o acadêmico não poderá assumir a docência no campo de estágio.

CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Artigo 22º Para operacionalização do estágio é necessário que se satisfaçam as seguintes condições:

Seção I – Da Matrícula

Artigo 23º O acadêmico deverá estar regularmente matriculado nas disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV previstas na seção IV deste Regulamento.

Seção II – Da Frequência

Artigo 24º A frequência nas disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV, obedecerá aos seguintes critérios:

I - a frequência exigida para os estágios supervisionados I, II, III, e IV no campo de estágio será de 100% da carga horária, conforme disposto no cronograma das respectivas disciplinas, para as atividades presenciais do Curso;

II - no Estágio não há justificativa de faltas, excetuando-se os casos previstos no Regimento Geral do IFC;

III - no caso de justificativa de faltas prevista no inciso anterior, o acadêmico deverá repor a carga horária correspondente ao período de sua ausência, desde que esta reposição seja estabelecida em acordo com o Professor Orientador de Estágio e a instituição concedente de campo de estágio;

IV - a carga horária das disciplinas Estágio Supervisionado, em cada período, deverá ser cumprida integralmente, mediante plano de estágio organizado pelo acadêmico sob a orientação e aprovação do Professor Orientador de Estágio;

V – a frequência do acadêmico em atividades na instituição concedente de campo de estágio será registrada em formulário próprio (APÊNDICE A), controlada pelo Professor Orientador de Estágio e registrada no diário de classe.

Seção III – Da Definição do Campo de Estágio

Artigo 25º Os Estágios poderão ser realizados em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, em instituições de ensino regular, e em diferentes modalidades de ensino que possibilitem a execução da proposta pedagógica programada pelo acadêmico.

Artigo 26º Será permitida a realização de estágio nas instituições com as quais o IFC mantém convênio ou, na medida do possível, no próprio local de trabalho do acadêmico quando este já leciona, desde que não seja na mesma turma que é regente de classe e em conformidade com a Seção VIII.

Seção IV - Da Programação e da Duração

Artigo 27º A programação de estágio do Curso Licenciatura em Matemática compreende um conjunto de atividades previstas no PPC, complementada pelo planejamento do NDE e equipe integrante da estrutura organizacional do estágio.

§ 1º. Os estágios I e III poderão ser realizados em duplas, de acordo com as normas deste regulamento.

§ 2º. Os estágios II e IV deverão ser realizados individualmente, de acordo com as

normas deste regulamento.

Artigo 28º O estágio do Curso Licenciatura em Matemática é um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação em matemática, devendo ser orientado por um professor do IFC e corresponde às seguintes etapas, conforme o PPC:

I 1ª Etapa: Estágio Supervisionado I - 60h – subdivididas em:

- a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para o projeto de oficina.
- b) No mínimo 20 horas que consistem na observação, em escolas e duas turmas das séries finais do ensino fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola, do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.
- c) No mínimo 10 horas de planejamento e execução de oficina que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

§ 1º No inciso I o acadêmico deve optar por uma das duas séries da primeira metade dos anos finais do ensino fundamental e umas das duas séries da segunda metade dos anos finais.

II 2ª Etapa: Estágio Supervisionado II - 150h – Nesta etapa o acadêmico realiza a intervenção, preferencialmente em uma das turmas observadas na etapa I solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente subdivididas em:

- a) 60 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, planejamento do projeto de monitoria e intervenção além do seminário de socialização para encerramento da etapa referente aos anos finais do ensino fundamental.
- b) No mínimo 12 horas que consistem na observação, em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental, observadas na primeira etapa, acompanhado

de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.

c) No mínimo 16 horas de intervenção na série escolhida.

d) No mínimo 20 horas de monitoria que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

e) 42 horas destinadas ao planejamento individual da intervenção e elaboração da produção escrita.

§ 1º Durante as atividades previstas no inciso II o acadêmico deverá elaborar um relatório, conforme roteiro definido pelo NDE (APÊNDICE A) apresentando em Seminário de Socialização.

III 3ª Etapa: Estágio Supervisionado III - 60h – subdivididas em:

a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e planejamento de projeto de monitoria.

b) No mínimo 16 horas que consistem na observação, em escolas e turmas do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.

c) No mínimo 14 horas de monitoria que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

§ 1º No inciso III o acadêmico deve optar por duas séries de ensino médio.

IV 4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV - 150h – Nesta etapa o acadêmico realiza a intervenção, preferencialmente em uma das turmas observadas na etapa III solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente subdivididas em:

a) 60 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, planejamento do projeto de monitoria e intervenção além do seminário de socialização para encerramento da etapa referente ao ensino médio.

b) No mínimo 12 horas que consistem na observação, em escolas e uma turma do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico.

gico da escola e do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.

c) No mínimo 10 horas de intervenção em uma série escolhida.

d) No mínimo 20 horas de monitoria que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

e) 48 horas destinadas ao planejamento individual da intervenção e elaboração da produção escrita.

Subseção I – Da Observação

Artigo 29º A observação compreenderá as seguintes ações:

I - coleta de dados para oficina / monitoria / relatórios / artigos / pesquisa;

II - as etapas I e III do Estágio têm como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação de aulas de matemática do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio respectivamente.

Subseção II – Das Oficinas e Monitorias

Artigo 30º Por oficina e monitoria entende-se respectivamente:

I - intervenção prática planejada a partir de um tema previamente definido (entre a instituição concedente do campo de estágio, professor orientador e acadêmico).

II - desenvolvimento de práticas educativas por meio de métodos alternativos e resolução de exercícios.

Parágrafo único: As atividades de oficinas e monitorias contribuirão para a pesquisa e elaboração do artigo final.

Subseção III – Do Planejamento

Artigo 31º O acadêmico, sob acompanhamento e orientação do Professor Orientador de Estágio, realizará período de observação na instituição concedente de estágio, com a finalidade de coletar dados para diagnóstico e elaboração do Plano de Estágio.

Artigo 32º O acadêmico elaborará seu Plano de Estágio e o apresentará na data especificada no cronograma do semestre letivo submetendo-o à aprovação do Professor Orientador de Estágio.

Artigo 33º Após aprovação do Professor Orientador de Estágio, o Plano de Estágio deverá ser apresentado ao professor regente de classe da instituição concedente de estágio, que emitirá o aceite para sua execução, com antecedência de uma semana.

Artigo 34º O Planejamento do Estágio contemplará as seguintes ações:

- I - observação na instituição concedente de campo de estágio e elaboração do relatório de observação, segundo orientações do Professor Orientador de Estágio;
- II - elaboração do Plano de Estágio obedecendo ao roteiro definido pelo NDE (APÊNDICE A)
- III - produção de material didático-pedagógico e de subsídios teórico-metodológicos necessários à execução do Planejamento.

Subseção IV – Da Intervenção

Artigo 35º Entende-se por prática de docência as atividades de planejamento, organização didático metodológica e efetivo exercício de docência.

Artigo 36º O desenvolvimento da intervenção compreenderá as seguintes ações:

- I - realização da prática pedagógica em sala de aula (docência);
- II - coleta de dados para oficina / monitoria / relatórios / artigos / pesquisa;
- III - avaliação, como processo, para a retroalimentação da docência.

Subseção V – Do relatório e Artigo

Artigo 37º O relatório e o artigo compreendem o registro e análise fundamentada das atividades de estágio desenvolvidas em cada uma das etapas, sob a forma de

relatórios e artigo, com base nos resultados da docência, sua discussão, análises e sínteses.

Artigo 38º Os acadêmicos produzirão os relatórios individualmente ou em dupla conforme a etapa do estágio desenvolvida.

Artigo 39º O artigo deverá ser elaborado individualmente.

Artigo 40º Os relatórios serão elaborados conforme roteiro estabelecido pelo NDE do campus; (APÊNDICE A)

Artigo 41º Ao término de cada etapa o acadêmico deverá entregar o documento final, sob a forma de relatório, de acordo com cronograma da disciplina e no final da etapa IV o artigo.

Artigo 42º As produções escritas deverão atender as normas da (ABNT) e às orientações metodológicas do IFC.

Parágrafo único. A entrega dos relatórios e artigo aprovados pelo professor orientador são requisitos para conclusão e aprovação nas respectivas etapas.

Subseção VI – Do Seminário de Socialização

Artigo 43º A socialização do estágio acontecerá por meio de Seminários de Socialização após a finalização dos estágios II e IV:

I - na etapa II socialização do relatório final referente aos anos finais do Ensino Fundamental;

II - na etapa IV socialização do relatório final referente ao Ensino Médio e apresentação do artigo;

CAPÍTULO IV – DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Artigo 44º A Resolução CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002, publicada em 4/3/2002, assegura o direito da redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 horas para os que exerçam atividade docente regular na Educação Básica.

Artigo 45º Neste regulamento estabelece-se que o acadêmico do Curso de Licenci-

atura em Matemática do IFC, poderá solicitar dispensa, via requerimento, das disciplinas:

I - 1ª etapa, desde que exerça ou tenha exercido, nos últimos 2 anos, a atividade de docência, na disciplina de Matemática, em turmas de sexto, sétimo, oitavo ou nono anos do Ensino Fundamental, por um período não inferior a um ano letivo.

II - 3ª etapa, desde que exerça ou tenha exercido, nos últimos 2 anos, a atividade de docência, na disciplina de Matemática, em turmas do Ensino Médio, por um período não inferior a um ano letivo.

III - a dispensa deverá ser encaminhada, na forma de requerimento devidamente documentada, dois meses antes da data de matrícula.

Artigo 46º O acadêmico deverá anexar:

I - cópias autenticadas de documentos que comprovem o exercício da docência conforme formulário aprovado pelo NDE (APÊNDICE A)

II - cópias autenticadas de documentos que indicam a disciplina ministrada, série e período trabalhado;

III - relatório documentado das atividades de docência exercida, constando pelo menos cinco planos de aulas, detalhados e exemplos de material didático.

Artigo 47º A coordenação do curso, em conjunto com o professor Supervisor de estágio e o Professor da Disciplina de Estágio avaliarão a documentação e emitirão parecer sobre a aprovação do pedido.

Artigo 48º Os requisitos para a análise são:

I - documentação completa;

II - adequação do relatório aos objetivos da disciplina na qual o acadêmico solicita dispensa.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Artigo 49º A avaliação do Estágio configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizado pelos professores orientadores, pelo professor da disciplina de estágio e pelo professor regente de classe da instituição concedente do está-

gio.

Artigo 50° A avaliação de cada etapa dar-se-á conforme indicado no PPC do curso de Licenciatura em Matemática e conforme critérios adicionais aprovados no NDE do curso de Licenciatura em Matemática para cada campus, com base nos instrumentos e critérios pré-definidos. (APÊNDICE A)

Artigo 51° A nota final do Estágio será composta pela média aritmética da avaliação do(s) professor(es) orientador(es), do professor da disciplina de Estágio e do professor regente de classe da instituição concedente. Para obter aprovação o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a sete (7,0).

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 52° O acadêmico que não obtiver nota final superior ou igual a sete na disciplina deverá cursá-la novamente.

Artigo 53° O acadêmico somente poderá cursar o estágio II e IV mediante aprovação nos estágios I e III respectivamente.

Artigo 54° O roteiro do relatório será definido pelo NDE e professores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 55° As instituições concedentes do estágio serão definidas pelo Professor Supervisor dos Estágios e aprovado pelo NDE e professores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 56° Os casos omissos nesse regulamento serão resolvidos, pela Coordenação do Curso e NDE do Curso Licenciatura em Matemática de cada campus.

TÍTULO III – DO ESTÁGIO NÃO-OBIGATÓRIO

Artigo 57° Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido pelo acadêmico como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estagiários que estejam frequentando o ensino regular no IFC.

Artigo 58º. Poderão ser campos de estágio não-obrigatório para acadêmicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática as escolas e demais instituições que atuem na área educacional, além dos setores e áreas afins do Curso de Licenciatura em Matemática do IFC.

Artigo. 59º. Serão consideradas afins ao Curso de Licenciatura em Matemática as atividades compatíveis com o currículo específico a saber:

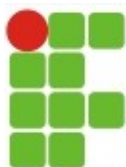
- I - atividades de estágio recomendáveis para a primeira metade do Curso: atividades auxiliares em ambientes educacionais;
- II - atividades de estágio recomendáveis para a segunda metade do Curso: atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de monitorias de aulas de Matemática em ambientes de educação formais e não formais.

Artigo 60º A parte concedente de estágio designará profissional docente de seu quadro funcional para ser supervisor de campo de estágio, que deverá ter habilitação ou experiência na área de realização do estágio.

Artigo 61º O acompanhamento, comprovado por vistos nos Programas de Estágio e preenchimento do Relatório de Avaliação do Estágio Não-obrigatório, será atribuição do respectivo curso de Licenciatura, que designará Professor Orientador para tal.

Artigo 62º Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo NDE do Curso de Licenciatura em Matemática, revogando as disposições em contrário.

Apêndice A – Documentos referentes ao estágios



Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense
Curso de Licenciatura em Matemática

FICHA DE AVALIAÇÃO – RELATÓRIO FINAL E/OU ARTIGO CIENTÍFICO

Preenchida pelo Professor Avaliador

TÍTULO:

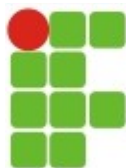
NOME DO ALUNO:

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR:

NOME DO PROFESSOR AVALIADOR:

APRESENTAÇÃO ESCRITA	NOTA
Resumo	
Relevância	
Elementos introdutórios (tema, justificativa, problema e objetivos)	
Fundamentação teórica	
Aspectos metodológicos	
Resultados e considerações finais	
MÉDIA FINAL	

Assinatura do Professor Avaliador



Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense
Curso de Licenciatura em Matemática

FICHA DE AVALIAÇÃO – RELATÓRIO FINAL E/OU ARTIGO CIENTÍFICO

Preenchida pelo orientador do artigo

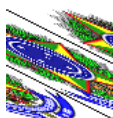
TÍTULO:

NOME DO ALUNO:

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR:

APRESENTAÇÃO ESCRITA	NOTA
Resumo	
Relevância	
Elementos introdutórios (tema, justificativa, problema e objetivos)	
Fundamentação teórica	
Aspectos metodológicos	
Resultados e considerações finais	
Comprometimento durante o processo de elaboração	
MÉDIA FINAL	

Assinatura do Professor Orientador



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal Catarinense - *Campus* Sombrio
 Curso de Licenciatura em Matemática

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ALUNO ESTAGIÁRIO PELO ORIENTADOR

Preenchida pelo orientador de estágio na visita in loco ou nos encontros de orientação

Nome do aluno estagiário: _____

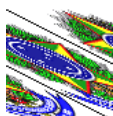
Nome do prof. orientador de estágio: _____

Unidade escolar: _____

Cidade: _____

Data	Horário	Atividade desenvolvida juntamente com o aluno	Assinatura do diretor/professor

 Assinatura do Orientador de Estágio



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal Catarinense - *Campus* Sombrio
 Curso de Licenciatura em Matemática

FICHA DE FREQUÊNCIA

(Preenchida pelo Aluno Estagiário com ciência do Professor do campo de Estágio)

Nome do aluno estagiário: _____

Unidade escolar: _____

Série: _____ turma: _____ período: _____

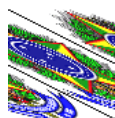
Professor da classe observada: _____

Data	Horário	Assinatura do professor da classe ou direção da escola

Local:.....Data:...../...../.....

 Assinatura do aluno

 Assinatura do Professor Orientador do Estágio e
 carimbo da Escola onde se realizou o estágio



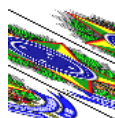
Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal Catarinense - *Campus* Sombrio
 Curso de Licenciatura em Matemática

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Preenchida pelo professor da disciplina de estágio, orientador e professor do campo de estágio.

Acadêmico: _____

CRITÉRIOS	Percentual do critério	Nota do professor do campo estágio	Nota do professor da disciplina	Nota professor orientador	Nota do acadêmico (0 a 10)
Oficina	10%				
Avaliação do professor ou responsável no campo de estágio	20%				
Frequência e participação nos encontros no IFC	30%				
Relatório encadernado	30%				
Elaboração e apresentação das Micro aulas	10%				
NOTA FINAL	100%				



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal Catarinense - *Campus Sombrio*
 Curso de Licenciatura em Matemática

FICHA DE AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS PROFISSIONAIS E HUMANÍSTICOS

(Preenchido pela direção da escola ou professor do campo de estágio)

Nome do aluno Estagiário: _____

Unidade Escolar: _____

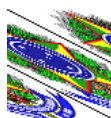
Série: _____ TURMA: _____ Período: _____

Professor Da Classe Observada: _____

ASPECTOS AVALIADOS	INSUFICIENTE	REGULAR	SATISFATÓRIO	BOM	MUITO BOM
Assiduidade					
Observância das normas e regulamentos internos da Escola.					
Sociabilidade (facilidade de integrar-se com professores, funcionários e alunos da escola)					
Cooperação (disposição para cooperar em atividades não planejadas inicialmente)					
Zelo pelo bom nome da escola					
Zelo pelo bom nome do IFC					
Comprometimento e valorização da profissão de professor					

ACRESCENTAR OBSERVAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES:

Assinatura e carimbo do professor do campo de estágio ou diretor da escola



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal Catarinense - *Campus* Sombrio
 Curso de Licenciatura em Matemática

FICHA DE REGISTRO DA OBSERVAÇÕES DAS AULA NO CAMPO DE ESTÁGIO

Preenchida pelo ESTAGIÁRIO in loco

Nome do aluno estagiário: _____

Nome do prof. orientador de estágio: _____

Unidade escolar: _____

Cidade: _____

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DO ESTÁGIO	
Unidade Escolar:	
Nome do professor da turma:	
Série/ano:	Turma: Turno: Nº de alunos:
Horário de observação: Entrada: Saída:	
Conteúdo Trabalhado	Unidade:
	Sub – unidade:
Técnicas utilizadas	
Recursos	
Bibliografia utilizada	
Critérios de avaliação utilizado durante a aula.	
Fatos/Acontecimentos importantes observados	

LocalData...../...../.....

Assinatura do estagiário